

# AUTORIDADE PORTUÁRIA DE SANTOS S/A

Relatório de revisão das informações contábeis intermediárias.

Referente ao 2º trimestre do exercício de 2024.



Aponte a câmera de seu celular para a imagem acima e preencha nossa pesquisa de satisfação. Caso não compatível, obtenha um leitor de QR Code para acessar o conteúdo da imagem.

## RELATÓRIO DE REVISÃO DAS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

**Aos  
Acionistas e aos conselheiros da  
AUTORIDADE PORTUÁRIA DE SANTOS S/A  
Santos – SP**

### Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da AUTORIDADE PORTUÁRIA DE SANTOS S/A referente ao trimestre findo em 30 de junho de 2024, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2024, as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, para o período de três e seis meses, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com a NBC TG 21(R4) – Demonstração Intermediária e a norma internacional IAS 34 – *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). Nossa responsabilidade é expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

### Alcance da Revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 – Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 – *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). A revisão de informações contábeis intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis, e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

## Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias supracitadas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a NBC TG 21(R4) aplicável à elaboração de Informações Trimestrais (ITR).

## Ênfases

### Nova Tabela Tarifária

Conforme Nota Explicativa nº 1 "a", a nova estrutura tarifária iniciou em 1º de abril de 2022. No entanto, a Companhia foi obrigada a interromper, em 20 de abril de 2022, a vigência da Tabela I da nova estrutura tarifária para os associados de uma entidade que obteve liminar judicial para suspender a cobrança da nova tabela. Em 6 de março de 2023, outra entidade obteve liminar com o mesmo propósito, com efeito para seus associados a partir de 9 de março de 2023. A Companhia está envidando esforços mediante os meios legais para a retomada plena da vigência da nova estrutura tarifária, por entender que o novo modelo amplia a transparência, permitindo uma melhor percepção pelos usuários dos valores cobrados, e corrige distorções históricas para garantir isonomia nos pagamentos à Autoridade Portuária, evitando subsídios cruzados entre as tipologias de cargas. Nesse contexto, a Companhia acionou o judiciário e foram concedidas liminares, através da 1ª e 2ª Vara Federal de Santos, para que os associados das entidades depositem em juízo a diferença entre os valores cobrados, referente à Tabela I, da nova estrutura tarifária e a tarifa vigente até 31 de março de 2022. Em 27 de novembro de 2023, foi homologado acordo no processo judicial nº 5003455-15.2022.4.03.6104 da 1ª Vara Federal de Santos com uma das entidades de classe, sendo que a Companhia apurou os valores decorrentes do acordo judicial e os respectivos registros contábeis. O saldo em 30 de junho de 2024 de R\$ 309,9 milhões corresponde apenas aos depósitos judiciais de uma entidade de classe para a qual o processo judicial tem continuidade. Nossa conclusão não contém modificação em relação a esse assunto.

## **Contrato de Arrendamento – Reequilíbrio Econômico-Financeiro**

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 1 "b", a Companhia tomou conhecimento de quatro acórdãos emitidos pela Agência Nacional de Transportes Aquaviários – ANTAQ, referentes a pedidos de Reequilíbrios Econômico-Financeiros decorrentes dos contratos de arrendamento vigentes, conforme detalhado a seguir: - Ecoporto Santos S.A. – Contrato PRES28/98 – Acórdão 301-2022; - T-Grão Cargo Term. de Granéis S.A. – Contrato PRES31/98 – Acórdão 625-2022; - Terminal XXXIX de Santos S.A. – Contrato PRES01/97 – Acórdão 638-2022; - ADM do Brasil Ltda. – Contrato PRES41/97 – Acórdão 651-2022. A Companhia se manifestou através de ofícios endereçados à Secretaria Nacional dos Portos – SNPTA e/ou ANTAQ e estão em fase de análise por elas. Quanto ao Acórdão 301-2022, a Companhia está em tratativas e análise com os agentes envolvidos em função da deliberação manifestada pela ANTAQ através do Ofício 456/2023/CDCP/SGE/ANTAQ, de 12 de abril de 2023. Conforme despacho decisório nº 4/2023/ASSAD-MPOR/GAB-MPOR, de 12 de junho de 2023, do Sr. Ministro de Estado de Portos e Aeroportos, foi deferida de ofício medida cautelar para suspender por 180 dias o encerramento da vigência do Contrato de Arrendamento PRES/028.98, de titularidade da arrendatária Ecoporto Santos S.A., e a Portaria DIPRE/209.23, de 1º de dezembro de 2023 e portaria 084.2024, de 5 de junho de 2024, do Diretor-Presidente da Companhia, prorrogou por 180 dias a medida cautelar. Até a data de encerramento deste relatório, a administração da Companhia não tinha conhecimento de novos acórdãos publicados que pudessem impactar de maneira significativa nas demonstrações financeiras de 30 de junho de 2024. Nossa conclusão não contém modificação em relação a esse assunto.

Barueri, 31 de julho de 2024.

**RUSSELL BEDFORD GM**  
**AUDITORES INDEPENDENTES S/S**  
**2 CRC RS 5.460/O-0 "T" SP**

**ROGER MACIEL DE OLIVEIRA:90238435091**  
Assinado de forma digital por ROGER MACIEL DE OLIVEIRA:90238435091  
Dados: 2024.07.31 08:26:11 -03'00'

**Roger Maciel de Oliveira**  
**Contador 1 CRC RS 71.505/O-3 "T" SP**  
**Sócio Responsável Técnico**

**ELIANE TANIA RESMINI:6507306100461004**  
Assinado de forma digital por ELIANE TANIA RESMINI:65073061004  
Dados: 2024.07.31 09:14:24 03'00'

**Eliane Tânia Resmini**  
**Contadora CRC RS T SP 59.765/O-1**  
**Sócia Responsável Técnica**

**DELIBERAÇÃO Nº 083.2024, DE 08 DE AGOSTO DE 2024.**

**O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA  
AUTORIDADE PORTUÁRIA DE SANTOS S.A.**, em sua 694ª Reunião (extraordinária)  
realizada nesta data e no uso da competência que lhe confere o Inciso XIX do artigo 48  
do Estatuto Social,

**DELIBERA**

Aprovar, consubstanciado na Decisão Direxe  
368.2024, datada de 31/07/2024, bem como a Manifestação COAUD 018/2024, datada  
de 06/08/2024, as Demonstrações Financeiras Trimestrais da Companhia, referentes  
ao trimestre findo em 30 de junho de 2024, acompanhadas do Relatório da Auditoria  
Independente, para posterior publicação, em atendimento a legislação vigente.

Documento assinado eletronicamente.

**Carlos Henrique Martins de Lima**  
**PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

# PROTOCOLO DE AÇÕES

Este é um documento assinado eletronicamente pelas partes, utilizando métodos de autenticações eletrônicas que comprovam a autoria e garantem a integridade do documento em forma eletrônica. Esta forma de assinatura foi admitida pelas partes como válida e deve ser aceito pela pessoa a quem o documento for apresentado. Todo documento assinado eletronicamente possui admissibilidade e validade legal garantida pela Medida Provisória nº 2.200-2 de 24/08/2001.

Data de emissão do Protocolo: 08/08/2024

## Dados do Documento

Tipo de Documento	Deliberação
Referência Contrato	Deliberações 83 e 84
Situação	Vigente / Ativo
Data da Criação	08/08/2024
Validade	08/08/2024 até Indeterminado
Hash Code do Documento	BE5B0A9B88A96C543FF8EAC4915B4C76C3566FC1A27A337181C74B1F3997293D

## Assinaturas / Aprovações

<b>Papel (parte)</b>	Presidente
<b>Relacionamento</b>	44.837.524/0001-07 - Autoridade Portuária de Santos
<b>Representante</b>	CPF
<b>Carlos Henrique Martins de Lima</b>	247.882.258-08
<b>Ação:</b>	Assinado em 08/08/2024 02:40:43 - Forma de assinatura: SMS <b>IP:</b> 2804:214:8593:d453:1d1c:bb83:7dfe:613c
<b>Info.Navegador</b>	Mozilla/5.0 (iPhone; CPU iPhone OS 17_5 like Mac OS X) AppleWebKit/605.1.15 (KHTML, like Gecko) EdgiOS/127.0.2651.81 Version/17.0 Mobile/15E148 Safari/604.1
<b>Localização</b>	Não Informada
<b>Tipo de Acesso</b>	Rápido

Enquanto estiver armazenado no Portal, a autenticidade, validade e detalhes de cada assinatura deste documento poderá ser verificada através do endereço <https://www.qualisign.com.br/portal/dc-validar>, utilizando o código de acesso (passcode) abaixo:

Código de Acesso (Passcode): **WZYG-YXN3YT-SGIPE-JKOLR**



No caso de assinatura com certificado digital também pode ser verificado no site <https://validar.iti.gov.br/>, utilizando-se o documento original e o documento com extensão .p7s.

Os serviços de assinatura digital deste portal contam com a garantia e confiabilidade da **AR-QualiSign**, Autoridade de Registro vinculada à ICP-Brasil.

## Validação de documento não armazenado no Portal QualiSign

Caso o documento já tenha sido excluído do Portal QualiSign, a verificação poderá ser feita conforme a seguir;

a.) Documentos assinados exclusivamente com Certificado Digital (CADES)

A verificação poderá ser realizada em

<https://www.qualisign.com.br/portal/dc-validar>, desde que você esteja de posse do documento original e do arquivo que contém as assinaturas (.P7S). Você também poderá fazer a validação no site do ITI – Instituto Nacional de Tecnologia da Informação através do endereço <https://validar.iti.gov.br/>

b.) Documentos assinados exclusivamente com Certificado Digital (PADES)

Para documentos no formato PDF, cuja opção de assinatura tenha sido assinaturas autocontidas (PADES), a verificação poderá ser feita a partir do documento original (assinado), utilizando o Adobe Reader. Você também poderá fazer a validação no site do ITI – Instituto Nacional de Tecnologia da Informação através do endereço <https://validar.iti.gov.br/>

c.) Documentos assinados exclusivamente SEM Certificado Digital ou de forma híbrida (Assinaturas COM Certificado Digital e SEM Certificado Digital, no mesmo documento)

Para documento híbrido, as assinaturas realizadas COM Certificado Digital poderão ser verificadas conforme descrito em (a) ou (b), conforme o tipo de assinatura do documento (CADES ou PADES).

A validade das assinaturas SEM Certificado Digital é garantida por este documento, assinado digitalmente pela QualiSign.

## Validade das Assinaturas Digitais e Eletrônicas

No âmbito legal brasileiro e em também em alguns países do Mercosul que já assinaram os acordos bilaterais, as assinaturas contidas neste documento cumprem, plenamente, os requisitos exigidos na Medida Provisória 2.200-2 de 24/08/2001, que instituiu a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil e transformou o ITI – Instituto Nacional de Tecnologia da Informação em autarquia garantidora da autenticidade, integridade, não-repúdio e irretroatividade, em relação aos signatários, nas declarações constantes nos documentos eletrônicos assinados, como segue:

Art. 10. Consideram-se documentos públicos ou particulares, para todos os fins legais, os documentos eletrônicos de que trata esta Medida Provisória.

§ 1º. As declarações constantes dos documentos em forma eletrônica produzidos com a utilização de processo de certificação disponibilizado pela ICP-Brasil presumem-se verdadeiros em relação aos signatários, na forma do art. 131 da Lei no 3.071, de 1o de janeiro de 1916 - Código Civil.

§ 2º. O disposto nesta Medida Provisória não obsta a utilização de outro meio de comprovação da autoria e integridade de documentos em forma eletrônica, inclusive os que utilizem certificados não emitidos pela ICP-Brasil, desde que admitido pelas partes como válido ou aceito pela pessoa a quem for oposto o documento.

Pelo exposto, o presente documento encontra-se devidamente assinado pelas Partes, mantendo plena validade legal e eficácia jurídica perante terceiros, em juízo ou fora dele.

## MANIFESTAÇÃO COAUD/18.2024

O COMITÊ DE AUDITORIA DA AUTORIDADE PORTUÁRIA DE SANTOS S.A. (APS), é órgão de suporte e assessoramento do Conselho de Administração e no uso de suas atribuições legais e estatutárias apresenta, nesta Manifestação, sua análise das Demonstrações Contábeis referentes ao 2º Trimestre de 2024.

Conforme artigo 24 parágrafo 1º inciso III da Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, compete ao COAUD supervisionar as atividades de elaboração e divulgação das demonstrações contábeis da empresa pública.

Assim, considerando:

- a. As Demonstrações Contábeis Intermediárias referentes ao 2º Trimestre de 2024, aprovadas pela Diretoria da APS em 31 de julho de 2024, por meio da Decisão DIREXE nº 368.2024, contido no Documento Virtual Protocolado nº 0000009198/2024;
- b. Os Relatórios Atuariais referentes ao *Portus*, ao Plano de Saúde e aos Benefícios de Complementação de Aposentadoria de Inativos referentes ao 2º Trimestre de 2024, elaborados pela Rodarte Consultoria em Estatística e Seguridade Ltda.
- c. Os documentos e folhas de informações enviados pelas Gerências de Contencioso Cível (GECIV/SUJUD) e de Contencioso Trabalhista (GETRA/SUJUD) relativos aos depósitos judiciais, aos passivos contingentes e às provisões judiciais.
- d. O Relatório de Revisão das Informações Contábeis Intermediárias relativo ao 2º Trimestre de 2024, sem modificação de opinião, entregue pela Russell Bedford Auditores Independentes em 31 de julho de 2024;
- e. Os esclarecimentos obtidos por meio das equipes de auditores da Russell Bedford Auditores Independentes, da DIADM/SUAFI/GECON e da SUJUD/GECIV/GETRA na 142ª e 143ª Reuniões Plenárias, ocorridas em 30 de julho e 6 de agosto de 2024;

**O COAUD entende que as Demonstrações Contábeis Intermediárias referentes ao 2º Trimestre de 2024 estão aptas para serem apreciadas e deliberadas pelo Conselho de Administração (CONSAD).**

Fica registrado que a presente manifestação foi aprovada, por unanimidade, pelos membros do COAUD, conforme registrado em ata da 143ª Reunião, e vai assinada pelo Coordenador.

Santos, 6 de agosto de 2024.

Documento assinado eletronicamente

**Thiago Benito Robles  
Coordenador.**

# PROTOCOLO DE AÇÕES

Este é um documento assinado eletronicamente pelas partes, utilizando métodos de autenticações eletrônicas que comprovam a autoria e garantem a integridade do documento em forma eletrônica. Esta forma de assinatura foi admitida pelas partes como válida e deve ser aceito pela pessoa a quem o documento for apresentado. Todo documento assinado eletronicamente possui admissibilidade e validade legal garantida pela Medida Provisória nº 2.200-2 de 24/08/2001.

Data de emissão do Protocolo: 07/08/2024

## Dados do Documento

Tipo de Documento	Manifestação
Referência Contrato	Manifestações 17 e 18
Situação	Vigente / Ativo
Data da Criação	07/08/2024
Validade	07/08/2024 até Indeterminado
Hash Code do Documento	E4171E3FE72D102AC3D0E3777E0C9AB93BE02B94A58EA170BE5546A450A71421

## Assinaturas / Aprovações

<b>Papel (parte)</b>	Coordenador
<b>Relacionamento</b>	44.837.524/0001-07 - Autoridade Portuária de Santos
<b>Representante</b>	CPF
<b>Thiago Benito Robles</b>	261.100.148-00
<b>Ação:</b>	Assinado em 07/08/2024 08:58:57 - Forma de assinatura: SMS <b>IP:</b> 177.11.210.31
<b>Info.Navegador</b>	Mozilla/5.0 (Windows NT 10.0; Win64; x64) AppleWebKit/537.36 (KHTML, like Gecko) Chrome/127.0.0.0 Safari/537.36 Edg/127.0.0.0
<b>Localização</b>	Não Informada
<b>Tipo de Acesso</b>	Rápido

Enquanto estiver armazenado no Portal, a autenticidade, validade e detalhes de cada assinatura deste documento poderá ser verificada através do endereço <https://www.qualisign.com.br/portal/dc-validar>, utilizando o código de acesso (passcode) abaixo:

Código de Acesso (Passcode): **GDAZW-4ZST4-C1PYJ-RSFU1**



No caso de assinatura com certificado digital também pode ser verificado no site <https://validar.iti.gov.br/>, utilizando-se o documento original e o documento com extensão .p7s.

Os serviços de assinatura digital deste portal contam com a garantia e confiabilidade da **AR-QualiSign**, Autoridade de Registro vinculada à ICP-Brasil.

## Validação de documento não armazenado no Portal QualiSign

Caso o documento já tenha sido excluído do Portal QualiSign, a verificação poderá ser feita conforme a seguir;

a.) Documentos assinados exclusivamente com Certificado Digital (CADES)

A verificação poderá ser realizada em

<https://www.qualisign.com.br/portal/dc-validar>, desde que você esteja de posse do documento original e do arquivo que contém as assinaturas (.P7S). Você também poderá fazer a validação no site do ITI – Instituto Nacional de Tecnologia da Informação através do endereço <https://validar.iti.gov.br/>

b.) Documentos assinados exclusivamente com Certificado Digital (PADES)

Para documentos no formato PDF, cuja opção de assinatura tenha sido assinaturas autocontidas (PADES), a verificação poderá ser feita a partir do documento original (assinado), utilizando o Adobe Reader. Você também poderá fazer a validação no site do ITI – Instituto Nacional de Tecnologia da Informação através do endereço <https://validar.iti.gov.br/>

c.) Documentos assinados exclusivamente SEM Certificado Digital ou de forma híbrida (Assinaturas COM Certificado Digital e SEM Certificado Digital, no mesmo documento)

Para documento híbrido, as assinaturas realizadas COM Certificado Digital poderão ser verificadas conforme descrito em (a) ou (b), conforme o tipo de assinatura do documento (CADES ou PADES).

A validade das assinaturas SEM Certificado Digital é garantida por este documento, assinado digitalmente pela QualiSign.

## Validade das Assinaturas Digitais e Eletrônicas

No âmbito legal brasileiro e em também em alguns países do Mercosul que já assinaram os acordos bilaterais, as assinaturas contidas neste documento cumprem, plenamente, os requisitos exigidos na Medida Provisória 2.200-2 de 24/08/2001, que instituiu a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil e transformou o ITI – Instituto Nacional de Tecnologia da Informação em autarquia garantidora da autenticidade, integridade, não-repúdio e irretroatividade, em relação aos signatários, nas declarações constantes nos documentos eletrônicos assinados, como segue:

Art. 10. Consideram-se documentos públicos ou particulares, para todos os fins legais, os documentos eletrônicos de que trata esta Medida Provisória.

§ 1º. As declarações constantes dos documentos em forma eletrônica produzidos com a utilização de processo de certificação disponibilizado pela ICP-Brasil presumem-se verdadeiros em relação aos signatários, na forma do art. 131 da Lei no 3.071, de 1o de janeiro de 1916 - Código Civil.

§ 2º. O disposto nesta Medida Provisória não obsta a utilização de outro meio de comprovação da autoria e integridade de documentos em forma eletrônica, inclusive os que utilizem certificados não emitidos pela ICP-Brasil, desde que admitido pelas partes como válido ou aceito pela pessoa a quem for oposto o documento.

Pelo exposto, o presente documento encontra-se devidamente assinado pelas Partes, mantendo plena validade legal e eficácia jurídica perante terceiros, em juízo ou fora dele.

**BALANÇO PATRIMONIAL**  
(em milhares de reais)

ATIVO	Notas	30/06/2024	31/12/2023	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Notas	30/06/2024	31/12/2023
<b>Circulante</b>		<b><u>3.319.618</u></b>	<b><u>2.963.992</u></b>	<b>Circulante</b>		<b><u>557.826</u></b>	<b><u>655.096</u></b>
Caixa e equivalentes de caixa.....	5	2.952.107	2.250.895	Benefícios a empregados .....	15	116.657	127.651
Contas a receber de clientes, líquidas .....	6	78.843	81.457	Fornecedores e prestadores de serviços.....	16	22.412	29.684
Direitos contratuais de arrendamentos - Outorgas....	7	197.608	546.462	Impostos e contribuições .....	17	59.934	23.543
Estoques.....	-	454	436	Juros sobre capital próprio e dividendos.....	-	-	154.534
Créditos tributários.....	8	86.104	81.829	Obras efetuadas por arrendatários .....	18	24.593	23.989
Outros créditos.....	11	4.502	2.913	Provisões trabalhistas, cíveis e tributárias .....	19	215.395	189.273
				Termo de ajustamento de conduta - TAC.....	20	14.257	-
				Receita diferida.....	22	62.918	62.918
				Outras obrigações .....	21	41.660	43.504
<b>Não Circulante</b>		<b><u>2.310.004</u></b>	<b><u>2.499.457</u></b>			<b><u>2.410.783</u></b>	<b><u>2.562.629</u></b>
<b>Realizável a Longo Prazo</b>		<b><u>707.734</u></b>	<b><u>881.272</u></b>	<b>Não Circulante</b>			
Direitos contratuais de arrendamentos - Outorgas....	7	394.480	573.239	Benefícios a empregados .....	15	651.398	745.851
Créditos tributários.....	8	8.385	8.085	Obras efetuadas por arrendatários .....	18	38.938	49.977
Partes relacionadas.....	9.1	107	107	Provisões trabalhistas, cíveis e tributárias .....	19	205.893	202.503
Depósitos judiciais .....	10	138.325	130.664	Termo de ajustamento de conduta - TAC.....	20	56.806	75.089
Bens destinados à alienação.....	-	395	234	Receita diferida.....	22	1.457.748	1.489.209
Imposto de renda e contribuição social diferidos.....	32.1	165.610	168.479				
Outros créditos.....	11	432	464	<b>Patrimônio Líquido</b>		<b><u>2.661.013</u></b>	<b><u>2.245.724</u></b>
				Capital social.....	24.1	1.207.276	1.207.276
<b>Imobilizado .....</b>	<b>12</b>	<b>1.595.745</b>	<b>1.610.910</b>	Reserva legal.....	24.2	76.097	76.097
<b>Intangível.....</b>	<b>13</b>	<b>6.525</b>	<b>7.275</b>	Reserva de retenção de lucros .....	24.3	853.541	853.541
				Lucros (prejuízos) acumulados.....		343.231	-
				Outros resultados abrangentes .....	24.4	180.868	108.810
<b>TOTAL DO ATIVO .....</b>		<b><u>5.629.622</u></b>	<b><u>5.463.449</u></b>	<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO . . . .</b>		<b><u>5.629.622</u></b>	<b><u>5.463.449</u></b>

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias

**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO**  
(em milhares de reais, exceto o lucro por ação)

DETALHE	notas	Período de três meses findo em		Período de seis meses findo em	
		30 de junho de		30 de junho de	
		2024	2023	2024	2023
Receita líquida .....	26	408.909	404.041	812.021	768.120
Custo dos produtos e dos serviços prestados.....	27	(113.301)	(84.664)	(212.332)	(165.554)
<b>Lucro bruto.....</b>		<b>295.608</b>	<b>319.377</b>	<b>599.689</b>	<b>602.566</b>
<b>Outras receitas (despesas) operacionais .....</b>		<b>(99.059)</b>	<b>(68.259)</b>	<b>(150.107)</b>	<b>(72.552)</b>
Despesas administrativas e gerais .....	28	(79.941)	(57.354)	(129.883)	(109.616)
Outras receitas operacionais .....	29	277	524	611	73.357
Outras despesas operacionais .....	30	(19.395)	(11.429)	(20.835)	(36.293)
<b>Resultado operacional</b>		<b>196.549</b>	<b>251.118</b>	<b>449.582</b>	<b>530.014</b>
<b>Resultado financeiro</b>		<b>51.552</b>	<b>58.480</b>	<b>113.059</b>	<b>113.041</b>
Receitas financeiras .....	31	67.502	79.333	151.756	164.591
Despesas financeiras .....	31	(15.950)	(20.853)	(38.697)	(51.550)
<b>Resultado antes dos tributos</b>		<b>248.101</b>	<b>309.598</b>	<b>562.641</b>	<b>643.055</b>
Imposto de renda e Contribuição Social.....		<b>(92.462)</b>	<b>(109.059)</b>	<b>(202.495)</b>	<b>(231.822)</b>
Corrente .....	32.2	(103.205)	(82.987)	(199.626)	(171.893)
Diferido.....	32.2	10.743	(26.072)	(2.869)	(59.929)
Participação nos lucros.....	15.1.2	<b>(8.405)</b>	<b>(8.922)</b>	<b>(16.915)</b>	<b>(17.829)</b>
<b>Lucro líquido do período .....</b>		<b>147.234</b>	<b>191.617</b>	<b>343.231</b>	<b>393.404</b>
<b>Lucro básico por lote de mil ações .....</b>	25	<b>0,17</b>	<b>0,25</b>	<b>0,40</b>	<b>0,52</b>

**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE**

Lucro líquido do período.....		<b>147.234</b>	<b>191.617</b>	<b>343.231</b>	<b>393.404</b>
Ganhos (perdas) atuariais com plano pensão de benefício definido...	15.2	29.077	(52.521)	70.996	(66.459)
Ganhos (perdas) atuariais - plano de saúde.....	15.2	1.057	(980)	2.088	(631)
Ganhos (perdas) atuariais - complementação de aposentadorias.....	15.2	(1.567)	(1.107)	(1.026)	62
<b>Resultado abrangente.....</b>		<b>175.801</b>	<b>137.010</b>	<b>415.289</b>	<b>326.376</b>

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias

**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO**  
(em milhares de reais)

	CAPITAL SOCIAL	OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	RESERVAS DE LUCROS			LUCROS (PREJUÍZOS) ACUMULADOS	TOTAIS
			RESERVA LEGAL	RESERVA DE RETENÇÃO DE LUCROS	DIVIDENDOS ADICIONAIS PROPOSTOS		
<b>SALDOS EM 31/12/2022</b>	<b>996.168</b>	<b>161.688</b>	<b>43.563</b>	-	<b>389.938</b>	-	<b>1.591.357</b>
Resultado do período de 01/01/2023 a 30/06/2023 .....	-	-	-	-	-	393.404	393.404
Outros resultados abrangentes - plano de pensão de benefício definido .....	-	(66.459)	-	-	-	-	(66.459)
Outros resultados abrangentes - plano de saúde.....	-	(631)	-	-	-	-	(631)
Outros resultados abrangentes - complementação de aposentadorias.....	-	62	-	-	-	-	62
Reformulação da proposta de distribuição de dividendos de 2022.....	-	-	-	389.938	(389.938)	-	-
<b>SALDOS EM 30/06/2023</b>	<b>996.168</b>	<b>94.660</b>	<b>43.563</b>	<b>389.938</b>	-	<b>393.404</b>	<b>1.917.733</b>
<b>SALDOS EM 31/12/2023</b>	<b>1.207.276</b>	<b>108.810</b>	<b>76.097</b>	<b>853.541</b>	-	-	<b>2.245.724</b>
Resultado do período de 01/01/2024 a 30/06/2024.....	-	-	-	-	-	343.231	343.231
Outros resultados abrangentes - plano de pensão de benefício definido .....	-	70.996	-	-	-	-	70.996
Outros resultados abrangentes - plano de saúde.....	-	2.088	-	-	-	-	2.088
Outros resultados abrangentes - complementação de aposentadorias.....	-	(1.026)	-	-	-	-	(1.026)
<b>SALDOS EM 30/06/2024</b>	<b>1.207.276</b>	<b>180.868</b>	<b>76.097</b>	<b>853.541</b>	-	<b>343.231</b>	<b>2.661.013</b>

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias

**DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA**  
*em milhares de reais*

DETALHE	30/06/2024	31/12/2023
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>		
<b>Lucro líquido do período</b>	<b>343.231</b>	<b>650.671</b>
Ajustes para conciliar o resultado ao caixa oriundo das atividades operacionais		
- Depreciação e amortização .....	25.967	52.258
- Provisão (reversão) no valor recuperável de ativos - Impairment .....	-	180
- Valor residual de ativos baixados .....	-	167
- Adição ao imobilizado por contrapartida contratual.....	-	(70.919)
- Provisões Trabalhistas, cíveis e tributárias.....	29.510	(124.214)
- Provisão (Reversão), líquida - perdas com créditos liquidação duvidosa.....	1.654	6.250
- Provisão (Reversão), líquida de contas a pagar .....	5	(39.185)
- Outras provisões .....	1.716	66.627
- Resultado atuarial com plano de pensão e benefícios pós emprego.....	6.322	27.930
- Provisão (Reversão) - depósitos judiciais.....	-	(150)
- Apropriação de receitas diferidas.....	(31.461)	(62.919)
- Juros, variação monetária e encargos financeiros líquidos não realizados...	1.684	24.420
- Imposto de renda e contribuição social diferidos .....	2.869	140.030
<b>Redução (aumento) de ativos</b>		
Contas a receber de clientes, líquidas .....	547.194	(279.914)
Créditos tributários.....	(75)	(81.608)
Partes relacionadas .....	-	165
Depósitos judiciais .....	(7.661)	(15.901)
Outros ativos.....	(1.570)	451
<b>Aumento (redução) de passivos</b>		
Fornecedores e prestadores de serviços .....	(7.277)	31.677
Impostos e contribuições.....	36.394	570
Benefícios a empregados .....	(64.518)	(89.330)
Obras efetuadas por arrendatários.....	(10.436)	(21.574)
Receita diferida .....	-	355.212
Outros passivos.....	(7.587)	5.937
<b>Recursos líquidos gerados (utilizados) pelas atividades operacionais</b>	<b>865.963</b>	<b>576.833</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimentos</b>		
Aquisição de ativo imobilizado.....	(9.998)	(20.119)
Aquisição de intangíveis.....	(218)	(2.101)
<b>Recursos líquidos gerados (utilizados) pelas atividades de investimentos</b>	<b>(10.216)</b>	<b>(22.220)</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamentos</b>		
Dividendos e juros sobre capital próprio pagos .....	(154.534)	(129.979)
<b>Recursos líquidos gerados (utilizados) pelas atividades de financiamento</b>	<b>(154.534)</b>	<b>(129.979)</b>
<b>Total dos fluxos de caixa</b>	<b>701.212</b>	<b>424.634</b>
<b>Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>701.212</b>	<b>424.634</b>
Caixa e equivalentes de caixa no início do período.....	2.250.895	1.826.261
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período .....	2.952.107	2.250.895
<b>Transações que não envolveram caixa:</b>		
- Aumento de capital .....	-	211.108
- Adições ao Imobilizado por doação e/ou contrapartida contratual .....	-	70.919

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS  
INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS DE 30/06/2024  
(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

**1. CONTEXTO OPERACIONAL**

A Autoridade Portuária de Santos S/A – APS , doravante denominada "Companhia", é uma empresa pública, com 99,99999984% do capital integralizado pela União e com prazo de duração indeterminado, que se rege pelas normas de direito privado e, especificamente, pela Lei das Sociedades por Ações, Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, pelo Estatuto Jurídico das Estatais, Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, pelo Decreto nº 8.945, de 27 de dezembro de 2016 (e demais alterações posteriores), bem como por seu Estatuto Social.

**Eventos Relevantes**

**a) Nova tabela tarifária**

A vigência de uma nova estrutura tarifária iniciou-se em 01/04/2022. A partir de 20/04/2022, a Companhia foi obrigada a interromper a vigência da Tabela I dessa nova estrutura tarifária para os associados de entidade de classe que obteve liminar judicial para suspender a cobrança da nova tabela. Em 06/03/2023 outra entidade obteve liminar com o mesmo propósito, com efeito para seus associados a partir de 09/03/2023.

Nesse contexto, a Companhia acionou o judiciário e foram concedidas liminares, através da 1ª e 2ª Vara Federal de Santos, para que os associados das entidades depositem em juízo a diferença entre os valores cobrados, referente à Tabela I, da nova estrutura tarifária e a tarifa vigente até 31/03/2022. Em 27/11/2023 foi homologado acordo no processo judicial nº 5003455-15.2022.4.03.6104 da 1ª Vara Federal de Santos com uma das entidades de classe, com os devidos registros contábeis. O saldo em 30/06/2024 de R\$ 309,9 milhões corresponde apenas aos depósitos judiciais de uma entidade de classe para a qual o processo judicial tem continuidade.

**b) Contratos de arrendamento – reequilíbrio econômico-financeiro**

A Companhia tomou conhecimento de quatro acórdãos emitidos pela Agência Nacional de Transportes Aquaviários – ANTAQ, referentes a pedidos de Reequilíbrios Econômico-Financeiro decorrentes dos contratos de arrendamento vigentes, conforme detalhado a seguir:

- Ecoporto Santos S.A. – Contrato PRES/28.98 – Acórdão 301-2022;
- T-Grão Cargo Term. de Granéis S.A. – Contrato PRES/31.98 – Acórdão 625-2022;
- Terminal XXXIX de Santos S.A. – Contrato PRES/01.97 – Acórdão 638-2022;
- ADM do Brasil Ltda. – Contrato PRES/41.97 – Acórdão 651-2022;

A Companhia se manifestou através de Ofícios endereçados à Secretaria Nacional dos Portos – SNPTA e/ou ANTAQ e estão em fase de análise pelas mesmas. Quanto ao Acórdão 301-2022, a Companhia está em tratativas e análise com os agentes envolvidos em função da deliberação manifestada pela ANTAQ através do ofício 456/2023/CDPC/SGE/ANTAQ, de 12/04/2023.

Conforme despacho decisório nº 4/2023/ASSAD-MPOR/GAB-MPOR, de 12/06/2023, do Sr. Ministro de Estado de Portos e Aeroportos, foi deferido de ofício, medida cautelar para a

suspender por 180 dias o encerramento da vigência do Contrato de Arrendamento PRES/028.98, de titularidade da arrendatária ECOPORTO SANTOS S.A, e as Portarias DIPRE nºs 209.2023, de 01/12/2023 e 084.2024, de 05/06/2024, do Diretor-Presidente da Companhia, prorrogaram por 180 dias a medida cautelar.

### **c) Concurso Público**

Foi realizado em 23/06/2024 o concurso público da Autoridade Portuária de Santos, sendo ofertado um total de 242 vagas distribuídas entre diferentes cargos, que incluem funções administrativas e operacionais. A elaboração das provas e respectiva aplicação foi realizada pela Fundação Vunesp. O início das contratações, de forma gradual, está previsto para dezembro de 2024.

## **2. BASE DE APRESENTAÇÃO**

As demonstrações financeiras intermediárias são preparadas de acordo com os *International Financial Reporting Standards* (IFRS) emitidos pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e, também em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e Comissão de Valores Mobiliários (CVM). As informações contábeis intermediárias são preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto quando de outra forma indicado.

As informações financeiras intermediárias são preparadas para atualizar os usuários sobre os eventos relevantes ocorridos no exercício de 2024 e devem ser analisadas em conjunto com as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

As informações financeiras intermediárias contemplam os eventos subsequentes ocorridos após 30 de junho de 2024 e sua divulgação foi autorizada pela Diretoria Executiva em 31/07/2024.

### **2.1. Moeda funcional e moeda de apresentação**

As informações contábeis intermediárias são apresentadas em Real, moeda funcional da Companhia.

## **3. PRÁTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS**

As políticas contábeis materiais aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras foram incluídas nas respectivas notas explicativas.

## **4. USO DE ESTIMATIVAS CONTÁBEIS E JULGAMENTOS CRÍTICOS**

A elaboração das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil em consonância com as IFRS requer que a Administração se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos, os passivos, as receitas e despesas da Companhia. As estimativas são determinadas com base no melhor conhecimento existente na data da aprovação das demonstrações contábeis, dos eventos e das transações em curso. Os resultados dessas transações quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes podem diferir dessas estimativas considerando as incertezas decorrentes dos procedimentos de sua determinação.

As principais premissas relativas às incertezas são:

#### **4.1. Definição das unidades geradoras de caixa (UGC) para testes de impairment**

Uma UGC representa um menor grupo identificável de ativos que gera entradas de caixa, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou grupos de ativos. Essa definição envolve julgamentos e avaliação por parte da Administração, com base em seu modelo de negócio e gestão.

Alterações nas UGCs em função de revisão de fatores de investimentos, estratégicos ou operacionais podem resultar em alterações nas interdependências entre ativos e, conseqüentemente, na agregação ou desagregação de ativos que faziam parte de determinadas UGCs, podendo influenciar na sua capacidade de gerar caixa e ocasionar perdas ou reversões adicionais na recuperação de tais ativos.

#### **4.2. Benefícios de pensão e outros benefícios pós-emprego**

O passivo atuarial líquido representa as obrigações da companhia, líquidas do valor justo dos ativos do plano (quando aplicável), a valor presente, conforme nota explicativa 15.2.

Os compromissos atuariais e os custos com os planos de benefícios definidos de pensão, complementação de aposentadorias e os de assistência médica dependem de premissas financeiras e demográficas.

Essas e outras premissas são revisadas, anualmente, e podem divergir dos resultados reais devido a mudanças econômicas, além do comportamento das premissas atuariais.

#### **4.3. Provisão para processos judiciais e contingências**

A Companhia é parte em ações judiciais de natureza tributária, cível e trabalhista decorrentes do curso normal das suas operações. A Administração, baseada na opinião do Departamento Jurídico, acredita que a provisão para estas ações judiciais é suficiente para cobrir perdas prováveis e razoavelmente estimáveis decorrentes de decisões desfavoráveis.

Essas estimativas são realizadas de forma individualizada e na essência levam em consideração fatores como a análise dos pedidos realizados pelos autores e precedentes da jurisprudência de casos semelhantes.

A probabilidade de saída de recursos resultante das decisões judiciais, bem como, de alterações no conjunto de provas pode ser diferente das análises efetuadas. As informações sobre processos provisionados e contingências são apresentadas na nota explicativa 19.

#### **4.4. Tratamento de tributos sobre o lucro**

As incertezas sobre tratamento de tributos sobre o lucro representam os riscos de que a autoridade fiscal não aceite um determinado tratamento tributário aplicado pela Companhia. A Companhia estima a probabilidade de aceitação do tratamento fiscal incerto pela autoridade fiscal com base em avaliações técnicas de seus assessores jurídicos, considerando precedentes jurisprudenciais aplicáveis à legislação tributária vigente, que podem ser impactados principalmente por mudanças nas regras fiscais ou decisões judiciais que alterem a análise dos fundamentos da incerteza.

#### **4.5. Perdas estimadas de créditos de liquidação duvidosa**

As perdas estimadas de créditos de liquidação duvidosa (PECLD) são reconhecidas em ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, incluindo recebíveis de arrendamentos. Uma provisão para redução do valor recuperável é estabelecida quando há evidência objetiva de que

a Companhia não irá arrecadar todos os valores devidos de acordo com os termos originais, considerando também parecer dos advogados da Companhia nos valores que envolvam análise dos processos judiciais e seguindo as normas contidas no CPC-48.

## 5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

### 5.1. Caixa e equivalentes de caixa

<b>Detalhamento</b>	<b>30/06/2024</b>	<b>31/12/2023</b>
Caixa e bancos	10.660	11.183
Aplicações financeiras de curto prazo	2.941.447	2.239.712
<b>Total de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>2.952.107</b>	<b>2.250.895</b>

### 5.2. Natureza e rentabilidade das aplicações financeiras

As aplicações financeiras estão substancialmente representadas por cotas em fundo de investimento de renda fixa. Conforme Resolução do BACEN nº 3284 de 25/05/2005, alterada pela Resolução 4034, de 30/11/2011, a aplicação das disponibilidades somente pode ser efetuada em fundos de investimento extramercado administrados pela Caixa Econômica Federal, pelo Banco do Brasil S.A. ou por instituição integrante do conglomerado financeiro por eles liderados.

<b>Natureza e Rentabilidade</b>	<b>30/06/2024</b>		<b>31/12/2023</b>	
Fundo de investimento - BB <sup>(1)</sup>	1.519.561	84,99% do CDI	1.095.511	101% do CDI
Fundo de investimento - CEF <sup>(1)</sup>	1.421.886	84,70% do CDI	1.144.201	101% do CDI
<b>Total</b>	<b>2.941.447</b>		<b>2.239.712</b>	

<sup>(1)</sup> Rentabilidade média acumulada

Os fundos de investimentos de renda fixa, extra mercado, têm política de investimentos de possuir a carteira composta por títulos públicos federais e em operações lastreadas em títulos públicos (compromissadas), com resgate diário e exposto ao risco das variações das taxas prefixadas e/ou pós fixadas. Os fundos destinam-se a acolher investimentos de entidades públicas da administração direta, empresas públicas, autarquias, fundações públicas e demais entidades congêneres.

**Prática contábil:** Equivalentes de caixa, são consideradas aplicações financeiras de curto prazo com alta liquidez, vencíveis em até três meses, contados da data da contratação original, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e com risco insignificante de mudança de valor.

As aplicações financeiras são registradas pelo valor de custo, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações financeiras, não excedendo seu valor de realização.

## 6. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES, LÍQUIDAS

Detalhamento	30/06/2024	31/12/2023
<b>Contas a receber – Circulante</b>		
Contas a receber, a vencer	75.868	77.578
Contas a receber, vencidos até 360 dias	2.975	3.879
<b>Total Contas a Receber – Circulante</b>	<b>78.843</b>	<b>81.457</b>
<b>Contas a Receber – Não Circulante</b>		
Contas a Receber	11.400	9.746
Contas a Receber - recuperação judicial	18.573	18.573
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa <sup>(1)</sup>	(29.973)	(28.319)
<b>Total Contas a Receber – Não Circulante</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

<sup>(1)</sup>Nas Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD) estão inclusas empresas em recuperação judicial, bem como empresas com faturas vencidas, baseadas em estudo do *Aging List*, em conformidade com o Normativo interno da Companhia.

Movimentação da PECLD	30/06/2024	31/12/2023
Saldo inicial	(28.319)	(22.258)
(+) Adições	(1.654)	(6.162)
(-) Reversões	-	101
<b>Saldo final</b>	<b>(29.973)</b>	<b>(28.319)</b>

**Prática contábil:** Contas a receber representam os valores a receber pela venda de produtos e serviços prestados pela Companhia. O Contas a receber é mensurado pelo custo amortizado. São classificadas como ativo circulante, exceto quando o prazo de vencimento for superior a 12 meses após a data das demonstrações financeiras.

## 7. DIREITOS CONTRATUAIS DE ARRENDAMENTOS – OUTORGA

Valores a receber decorrentes de contratos de arrendamentos, em vigência, para os quais as empresas nos processos de leilão e/ou renovação efetuaram ofertas de valores de outorga pela oportunidade do negócio e serão pagos conforme cronograma previsto em cada instrumento contratual disponível em [https://intranet.portodesantos.com.br/lei\\_acesso/proaps.asp](https://intranet.portodesantos.com.br/lei_acesso/proaps.asp)

Arrendatários	Contrato	30/06/2024	31/12/2023
Petróleo Brasileiro S/A (STS08A)	06/2022	386.946	468.568
Bracell SP Celulose (STS14A)	05/2020	99.504	144.843
Eldorado Brasil S/A (STS14)	04/2020	98.840	142.868
Cofco International (STS11)	08/2022	6.798	8.210
Brasil Terminal Portuário S/A - BTP	DP/24.2001	-	355.212
<b>Total de direitos contratuais - Outorgas</b>		<b>592.088</b>	<b>1.119.701</b>
Circulante		197.608	546.462
Não Circulante		394.480	573.239

**Prática contábil:** Registro contábil efetuado pelo valor ofertado no leilão com a contrapartida em receita diferida no passivo. Após o registro inicial, o valor do ativo é atualizado monetariamente pelo índice de inflação previsto no contrato.

## 8. CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS

O detalhamento dos créditos tributários está demonstrado no quadro abaixo:

Natureza	30/06/2024	31/12/2023
IRPJ e CSLL pagos a maior <sup>(1)</sup>	8.385	8.085
Impostos retidos sobre faturamento	188	113
Saldo Negativo de IRPJ/CSLL	85.916	81.716
<b>Total</b>	<b>94.489</b>	<b>89.914</b>
Circulante	86.104	81.829
Não Circulante	8.385	8.085

<sup>(1)</sup> Pagamento a maior de IRPJ e CSLL, com solicitação de pedido de restituição através de PER/DCOMP, em análise pela Receita Federal, correspondente a fato gerador da competência dezembro/2018. O valor é atualizado monetariamente pela variação da taxa Selic.

## 9. PARTES RELACIONADAS

A empresa possui uma Política de Transações com Partes Relacionadas revisada no mínimo anualmente e aprovada pelo Conselho de Administração como parte integrante do conjunto de instrumentos de governança e de gestão que suportam a concepção, implementação e melhoria contínua na estrutura organizacional da Companhia.

As transações com partes relacionadas devem ser realizadas em condições de mercado, conduzidas no melhor interesse da Companhia, sem conflito de interesses e em observância aos seguintes princípios:

- Competitividade: preços e as condições dos serviços devem ser compatíveis com aqueles praticados no mercado;
- Conformidade: aderência aos termos e responsabilidades contratuais praticados pela companhia;
- Transparência: as informações envolvendo transações com partes relacionadas devem ser divulgadas de forma íntegra, clara e objetiva nas demonstrações financeiras;
- Equidade: tratamento justo e equilibrado nas transações, com imparcialidade e respeito aos direitos das partes envolvidas;
- Comutatividade: as transações com partes relacionadas consideradas válidas e legítimas são aquelas que geram proveito a ambas as partes.

Considera-se que uma pessoa está relacionada com a Companhia, quando essa ou um membro próximo de sua família:

- tiver o controle pleno ou compartilhado da Companhia;
- tiver influência significativa sobre a Companhia;
- for membro do pessoal chave da administração da Companhia.

Considera-se que uma entidade está relacionada com a Companhia, quando essa entidade:

- controlar, for controlada por, ou estiver sob o controle comum da Companhia (isso inclui controladoras ou controladas); tiver influência significativa sobre a Companhia; tiver controle conjunto sobre a Companhia;
- for coligada da Companhia ou de uma terceira entidade que estiver sob o controle conjunto com a Companhia;
- se as Companhias estiverem sob o controle conjunto de uma terceira entidade;
- for entidade controlada, de modo pleno ou sob controle conjunto ou significativamente influenciada;
- for um plano de benefícios pós-emprego cujos beneficiários são os empregados da Companhia.

O Comitê de Auditoria Estatutário - COAUD é responsável por avaliar e monitorar, juntamente com a administração e a área de Auditoria Interna, a adequação das transações com partes relacionadas realizadas pela Companhia, bem como pela evidenciação dessas transações.

### 9.1. Saldos com órgãos da administração direta

Os valores são decorrentes de cessão de funcionários aos órgãos da administração direta federal:

	30/06/2024	31/12/2023
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	7	7
Ministério do Trabalho e Emprego	92	92
Ministério dos Transportes	8	8
<b>Total</b>	<b>107</b>	<b>107</b>

Atualmente não há funcionários cedidos para outros órgãos.

### 9.2. Membros chave da administração da empresa

A nota explicativa 33.1 detalha a remuneração dos membros chave da administração.

Os membros dos Conselhos de Administração e Fiscal representantes do Ministério de Portos e Aeroportos, Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, Ministério da Fazenda (Secretaria do Tesouro Nacional) e da Prefeitura Municipal de Santos percebem a mesma remuneração dos demais integrantes dos referidos Conselhos.

### 9.3. Saldos com transações com fundos de previdência

A Companhia é patrocinadora de planos de previdência nas modalidades de benefício definido e contribuição definida, gerenciados respectivamente pelo PORTUS - Instituto de Seguridade Social e BB Previdência. As transações resultaram nos seguintes saldos:

	30/06/2024	31/12/2023
PORTUS - Instituto de Seguridade Social	647.899	730.194
BB Previdência	782	697
<b>Total</b>	<b>648.681</b>	<b>730.891</b>
Circulante	48.374	46.665
Não Circulante	600.307	684.226

## 10. DEPÓSITOS JUDICIAIS

Representam ativos restritos da Companhia e estão relacionados a quantias depositadas e mantidas em juízo até a solução dos respectivos litígios. Os valores dos depósitos judiciais visam garantir o recurso da sentença judicial. A natureza dos depósitos está segregada abaixo:

Natureza	30/06/2024	31/12/2023
Trabalhistas	107.255	104.794
Cíveis	29.298	24.273
Tributários	1.772	1.597
<b>Total</b>	<b>138.325</b>	<b>130.664</b>

**Prática contábil:** Os depósitos judiciais são atualizados monetariamente e a atualização registrada à receita financeira e os saldos conciliados com os registros das instituições financeiras depositárias.

## 11. OUTROS CRÉDITOS

Detalhamento	30/06/2024	31/12/2023
Despesas antecipadas <sup>(1)</sup>	3.140	1.754
Adiantamento de férias	1.352	969
Sinistros cobertos por apólice	159	406
Cobrança Plano de Saúde	270	228
Diversos	13	20
<b>Total</b>	<b>4.934</b>	<b>3.377</b>
Circulante	4.502	2.913
Não Circulante	432	464

<sup>(1)</sup>Apropriação por competência de licenças de uso de softwares no valor de R\$ 2.487 (R\$ 1.454 em 31/12/2023) e de apólices de seguro R\$ 653 (R\$ 300 em 31/12/2023).

## 12. IMOBILIZADO

### a. Saldos Patrimoniais

Classe	Taxa anual depreciação	30/06/2024			31/12/2023		
		Custo	Depreciação Acumulada	Valor Contábil	Custo	Depreciação Acumulada	Valor Contábil
Mobiliário em Geral	10% a 20%	8.799	(7.473)	1.326	8.803	(7.382)	1.421
Veículos	10%	1.332	(1.021)	311	1.383	(982)	401
Máquinas Motores e Aparelhos	10% a 20%	19.234	(18.150)	1.084	19.154	(18.057)	1.097
Equipamentos Diversos	5% a 20%	7.182	(3.606)	3.576	6.960	(3.453)	3.507
Outros Bens Móveis	10%	844	(730)	114	856	(734)	122
Equipamentos de Informática	10% a 20%	52.721	(43.849)	8.872	53.414	(42.830)	10.584
Edifícios	2% a 7%	44.560	(21.563)	22.997	44.560	(20.834)	23.726
Instalações	1,43% a 20%	865.589	(187.513)	678.076	865.109	(181.226)	683.883
Obras em Andamento	-	86.328	-	86.328	77.435	-	77.435
Terrenos	-	29	-	29	29	-	29
Bens Móveis para Fins Industriais	3%	14.494	(11.815)	2.679	17.656	(14.694)	2.962
Bens Imóveis para Fins Industriais	3% a 5%	101.277	(91.170)	10.107	101.277	(90.548)	10.729
Vias de acesso Terrestre	1,43% a 7%	331.334	(146.147)	185.187	331.334	(137.797)	193.537
Infraestrutura Terrestre	1,43% a 5%	46.296	(32.708)	13.588	46.296	(32.008)	14.288
Dragagem de Aprofundamento	-	108.238	-	108.238	108.238	-	108.238
Outras Obras Portuárias	1,43% a 7%	664.223	(190.990)	473.233	664.223	(185.272)	478.951
<b>Total</b>		<b>2.352.480</b>	<b>(756.735)</b>	<b>1.595.745</b>	<b>2.346.727</b>	<b>(735.817)</b>	<b>1.610.910</b>

## b. Movimentação

Classe	Saldo em	Aquisições	Baixas	Depreciação	Transferências		Saldo em
	31/12/2023		Líquidas		Líquidas	Impairment	30/06/2024
Mobiliário em Geral	1.421	40	-	(133)	(2)	-	1.326
Veículos	401	-	-	(90)	-	-	311
Máquinas Motores e Aparelhos	1.097	98	-	(110)	(1)	-	1.084
Equipamentos Diversos	3.507	222	-	(153)	-	-	3.576
Outros Bens Móveis	122	-	-	(8)	-	-	114
Equipamentos de Informática	10.584	265	-	(1.973)	(4)	-	8.872
Edifícios	23.726	-	-	(729)	-	-	22.997
Instalações	683.883	480	-	(6.287)	-	-	678.076
Obras em Andamento	77.435	8.893	-	-	-	-	86.328
Terrenos	29	-	-	-	-	-	29
Bens Móveis para Fins Industriais	2.962	-	-	(126)	(157)	-	2.679
Bens Imóveis para Fins Industriais	10.729	-	-	(622)	-	-	10.107
Vias de acesso Terrestre	193.537	-	-	(8.350)	-	-	185.187
Infraestrutura Terrestre	14.288	-	-	(700)	-	-	13.588
Dragagem de Aprofundamento	108.238	-	-	-	-	-	108.238
Outras Obras Portuárias	478.951	-	-	(5.718)	-	-	473.233
<b>Total</b>	<b>1.610.910</b>	<b>9.998</b>	<b>-</b>	<b>(24.999)</b>	<b>(164)</b>	<b>-</b>	<b>1.595.745</b>

**Prática contábil:** Os ativos imobilizados estão demonstrados pelos custos de aquisição ou custos de construção, que compreendem também os custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo em condições de operação, deduzido da depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*). Conforme determina a NBC TG 01 (R4) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos, a Companhia realiza anualmente teste de recuperabilidade no ativo imobilizado.

## 13. INTANGÍVEL

O valor de R\$ 6.525 (R\$ 7.275 em 31/12/2023) refere-se a licenças de softwares adquiridas e capitalizadas com base nos custos incorridos e amortizado pela vida útil estimada dos itens.

### a. Saldos Patrimoniais

Classe	Taxa anual de amortização	30/06/2024			31/12/2023		
		Custo	Amortização Acumulada	Valor Contábil	Custo	Amortização Acumulada	Valor Contábil
Software - ERP	10%	7.776	(4.829)	2.948	7.776	(4.420)	3.356
Demais softwares	20%	21.146	(17.568)	3.577	20.928	(17.009)	3.919
<b>Total</b>		<b>28.922</b>	<b>(22.397)</b>	<b>6.525</b>	<b>28.704</b>	<b>(21.429)</b>	<b>7.275</b>

### b. Movimentação

Classe	Saldo em	Aquisições	Baixas	Amortização	Transferências		Saldo em
	31/12/2023		Líquidas		Líquidas	Impairment	30/06/2024
Software - ERP	3.356	-	-	(408)	-	-	2.948
Demais softwares	3.919	218	-	(560)	-	-	3.577
<b>Total</b>	<b>7.275</b>	<b>218</b>	<b>-</b>	<b>(968)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>6.525</b>

**Prática contábil:**

Os ativos intangíveis são compostos por licenças de uso de softwares e estão demonstrados pelos custos de aquisição e demais custos de implementação, deduzido da amortização acumulada. As amortizações são registradas de acordo com a vida útil estimada e os gastos associados à sua manutenção são reconhecidos à despesa, quando incorridos.

**14. SEGUROS**

A Companhia mantém seguros determinados e contratados em bases técnicas que se estimam suficientes, levando em consideração a natureza e o grau de risco por montantes suficientes para cobrir eventuais perdas significativas sobre ativos e/ou responsabilidades, conforme abaixo:

<b>Limites de cobertura</b>	<b>30/06/2024</b>	<b>31/12/2023</b>
Riscos operacionais <sup>(1)</sup>	50.000	50.000
Responsabilidade civil dos Administradores <sup>(2)</sup>	40.000	40.000
Responsabilidade civil <sup>(3)</sup>	30.000	30.000
Automóveis <sup>(4)</sup>	2.119	2.119
Casco Marítimo Lancha Setenta <sup>(5)</sup>	312	312
Casco Marítimo Lancha Spadarte <sup>(5)</sup>	3.445	3.445
Drones <sup>(6)</sup>	3.454	3.313

**(1) Riscos Operacionais**

A apólice de riscos operacionais tem cobertura contra danos materiais a bens móveis e imóveis da Companhia e dos bens da União dos quais tem uso e guarda, abrangendo acidentes de natureza súbita e imprevista, com vigência de 01/05/2024 a 01/05/2025. Esta cobertura não contempla os bens móveis e imóveis localizados nas áreas arrendadas, cuja responsabilidade do seguro é exclusiva do arrendatário.

**(2) Responsabilidade civil dos Administradores**

O estatuto social da Companhia estabelece a obrigação de manter contrato de seguro de responsabilidade civil permanente em favor dos Administradores para eventuais coberturas das despesas processuais e honorários advocatícios de processos judiciais e administrativos instaurados em face deles, relativos às suas atribuições junto à Companhia. O seguro tem vigência de 31/12/2023 a 31/12/2024.

**(3) Responsabilidade civil**

A apólice de responsabilidade civil tem cobertura de danos causados a terceiros em decorrência das atividades desenvolvidas no cumprimento das obrigações da Companhia, previstas na Lei 12.815 de 05/06/2013, com vigência de 01/05/2024 a 01/05/2025.

**(4) Automóveis**

A Companhia possui seguro de veículos onde a avaliação dos referidos bens é em relação à tabela FIPE mais os acessórios agregados, com vigência de 03/06/2024 a 03/06/2025.

**(5) Casco Marítimo.**

A Companhia possui apólices de seguro de casco marítimo das Lanchas de Patrulhamento, com vigência da lancha Setenta sendo de 01/03/2024 a 01/03/2025 e a lancha Spadarte de 16/01/2024 a 16/01/2025.

(6) Drones

A Companhia possui apólice de seguro de drones, casco e responsabilidade civil, com vigência de 16/01/2024 a 16/01/2025.

## 15. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

São todas as formas de compensação proporcionadas pela Companhia em troca de serviços prestados pelos seus empregados ou pela rescisão do contrato do trabalho. Inclui também despesas com diretores e outros administradores. Tais benefícios incluem salários, benefícios pós-emprego, provisão de férias e 13º salário, participação nos lucros e outros benefícios.

<b>Passivo</b>	<b>30/06/2024</b>	<b>31/12/2023</b>
Benefícios de curto prazo	71.832	84.057
Benefícios pós emprego	696.223	789.445
<b>Total</b>	<b>768.055</b>	<b>873.502</b>
Circulante	116.657	127.651
Não Circulante	651.398	745.851

### 15.1. Benefícios de curto prazo

São os benefícios com a perspectiva de serem liquidados em até doze meses após o período a que se referem as demonstrações financeiras.

	<b>30/06/2024</b>	<b>31/12/2023</b>
Salários, encargos e outras provisões	19.362	18.438
Provisão de Férias	27.526	27.474
Provisão 13º	7.356	-
Participação nos lucros - PLR	16.625	36.775
Programa de remuneração variável da Diretoria – RVA	963	1.370
<b>Total</b>	<b>71.832</b>	<b>84.057</b>
Circulante	71.412	84.057
Não Circulante <sup>(1)</sup>	420	-

(1) Refere-se ao saldo do diferimento por 3 anos de 40% da parcela do RVA da Diretoria.

#### 15.1.1. Remuneração variável de administradores

O objetivo do programa de RVA é vincular parcela da remuneração ao desempenho dos dirigentes, de modo a garantir a implementação da estratégia corporativa, o alcance de resultados na Companhia e a execução das políticas públicas.

O limite máximo de pagamento a cada diretor é fixado em 4 honorários, mais até 50%, ou seja, até 2 (dois) honorários, a título de bônus em caso de extrapolação de metas, conforme tabela de gradação e pré-requisitos definidos no Programa Regras Gerais.

O efetivo pagamento da RVA fica condicionado à existência de lucro e a efetiva distribuição aos empregados da participação nos lucros ou resultados – PLR relativo ao ano base.

O montante a ser utilizado para o pagamento da RVA fica limitado à remuneração anual dos administradores, ou 10% do lucro líquido do ano-base, prevalecendo o que for menor.

#### **15.1.2. Participação nos lucros ou resultados - PLR**

As regras do PLR, submetidas à aprovação pela Secretaria e Governança das Empresas Estatais - SEST, abrange todos os empregados, com previsão de limites individuais de acordo com a remuneração dos participantes. A participação nos lucros depende do atingimento de alguns requisitos:

- a) aprovação de distribuição de dividendos pela Assembleia Geral Ordinária;
- b) apuração de lucro líquido no exercício;
- c) atingimento do percentual médio, ponderado pelo peso, de conjunto das metas dos indicadores de no mínimo 80%.

A distribuição do montante máximo da PLR está limitado a 6,25% do lucro líquido e a 25% dos dividendos distribuídos aos acionistas, o valor que for menor.

#### **Prática contábil:**

##### **a) Benefícios de curto prazo**

###### **a.1) Salários, férias e encargos trabalhistas**

Os pagamentos de benefícios como salários ou férias, bem como, os respectivos encargos trabalhistas incidentes sobre estes benefícios são reconhecidos mensalmente no resultado, respeitando o regime de competência.

###### **a.2) Programa de participação nos lucros e resultados**

As provisões dos programas de remuneração variável (RVA e PLR) são reconhecidas ao longo do exercício em que o empregado tiver prestado serviços. Suas mensurações representam as estimativas de desembolsos futuros decorrentes dos serviços prestados, na medida que os requisitos para acionamento dos programas sejam alcançados e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

##### **b) Benefícios de longo prazo – fundo de pensão e outros benefícios pós-aposentadoria**

A Companhia mantém planos de aposentadoria para seus funcionários. Para o plano de contribuição definida, a obrigação da Companhia se restringe a contribuição mensal vinculada a um percentual pré-definido sobre a remuneração dos funcionários vinculado a este plano.

Para o plano de benefício definido em que a Companhia tem a responsabilidade e possui algum risco, são obtidos trimestralmente, cálculos atuariais das responsabilidades determinadas de acordo com o Método de Unidade de Crédito Projetada, a fim de estimar as suas responsabilidades pelo pagamento das referidas contribuições.

O passivo reconhecido no balanço patrimonial é o valor presente da obrigação do benefício definido na data, menos o valor justo dos ativos do plano. A Companhia reconhece no resultado os custos de serviços, as despesas de juros sobre obrigações e as receitas de juros sobre ativos do plano. A remensuração dos ganhos e perdas atuariais, o retorno dos ativos do plano (líquido das receitas de juros sobre os ativos) e as mudanças no efeito do teto do ativo e passivo oneroso, são reconhecidos em outros resultados abrangentes.

Os cálculos atuariais e levantamentos realizados pela consultoria contratada para proceder a avaliação atuarial dos planos de benefícios pós emprego patrocinados pela empresa, fornecem suporte às contabilizações patrimoniais e de resultado realizadas pela empresa.

**15.2. Benefícios pós emprego**

<b>VALORES RECONHECIDOS NO BALANÇO PATRIMONIAL DE 30/06/2024</b>	<b>Plano de Pensão Nota 15.2.1</b>	<b>Plano de Saúde Nota 15.3</b>	<b>Complementação de Aposentadoria Nota 15.3</b>	<b>Total</b>
<b>Passivo atuarial líquido em 31/12/2023</b>	<b>727.820</b>	<b>13.942</b>	<b>47.683</b>	<b>789.445</b>
<b>Reconhecido no resultado</b>	<b>31.117</b>	<b>638</b>	<b>(6.650)</b>	<b>25.105</b>
Custo do serviço corrente (patronal)	6	29	-	35
Custo serv. passado redução/alteração plano	-	-	(8.500)	(8.500)
Custo dos juros líquidos	31.111	609	1.850	33.570
<b>Reconhecido no PL - resultados abrangentes</b>	<b>(70.996)</b>	<b>(2.088)</b>	<b>1.026</b>	<b>(72.058)</b>
Remensuração: (Ganhos) perdas atuariais	(70.996)	(2.088)	1.026	(72.058)
<b>Efeito caixa</b>	<b>(42.389)</b>	<b>(385)</b>	<b>(3.495)</b>	<b>(46.269)</b>
Pagamentos:				
Contribuições paridade ativos e assistidos	(5.000)	-	-	(5.000)
Contribuições extraordinárias patronais	(28.589)	-	-	(28.589)
Termo de compromisso financeiro – TCF	(8.800)	-	-	(8.800)
Contribuição plano de saúde	-	(385)	-	(385)
Complementação de aposentadoria	-	-	(3.495)	(3.495)
<b>Passivo atuarial líquido em 30/06/2024</b>	<b>645.552</b>	<b>12.107</b>	<b>38.564</b>	<b>696.223</b>
Circulante	45.244	-	-	45.244
Não Circulante	600.308	12.107	38.564	650.979

<b>VALORES RECONHECIDOS NO BALANÇO PATRIMONIAL DE 31/12/2023</b>	<b>Plano de Pensão Nota 15.2.1</b>	<b>Plano de Saúde Nota 15.3</b>	<b>Complementação de Aposentadoria Nota 15.3</b>	<b>Total</b>
<b>Passivo atuarial líquido em 31/12/2022</b>	<b>697.882</b>	<b>13.045</b>	<b>48.178</b>	<b>759.105</b>
<b>Reconhecido no resultado</b>	<b>64.945</b>	<b>1.354</b>	<b>4.139</b>	<b>70.438</b>
Custo do serviço corrente (patronal)	(32)	52	-	20
Custo dos juros líquidos	64.977	1.302	4.139	70.418
<b>Reconhecido no PL- resultados abrangentes</b>	<b>48.782</b>	<b>290</b>	<b>3.837</b>	<b>52.909</b>
Remensuração: (Ganhos) perdas atuariais	48.782	290	3.837	52.909
<b>Efeito caixa</b>	<b>(83.789)</b>	<b>(747)</b>	<b>(8.471)</b>	<b>(93.007)</b>
Pagamentos:				
Contribuições paridade ativos e assistidos	(10.270)	-	-	(10.270)
Contribuições extraordinárias patronais	(17.925)	-	-	(17.925)
Termo de compromisso financeiro - TCF	(55.594)	-	-	(55.594)
Contribuição plano de saúde	-	(747)	-	(747)
Complementação de aposentadoria	-	-	(8.471)	(8.471)
<b>Passivo atuarial líquido em 31/12/2023</b>	<b>727.820</b>	<b>13.942</b>	<b>47.683</b>	<b>789.445</b>
Circulante	43.594	-	-	43.594
Não Circulante	684.226	13.942	47.683	745.851

### 15.2.1. Plano de Pensão

A gestão do plano de previdência complementar patrocinado pela Companhia é responsabilidade do Portus - Instituto de Seguridade Social, entidade fechada de previdência complementar sem fins lucrativos, de direito privado, com autonomia administrativa e financeira, criada em abril de 1979 para administrar o Plano de Benefícios dos empregados do sistema portuário brasileiro. O Portus é fiscalizado pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC.

O Portus administra plano de benefício, estruturado na modalidade de Benefício Definido – BD, fechado para adesões desde 2011 e sob Intervenção Federal decretada pela Diretoria Colegiada da Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC, em 22 de agosto de 2011, por meio da Portaria nº 459, publicada no Diário Oficial da União - DOU de 23/08/11.

A Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC, por meio do Parecer nº 53/2022/CTR/CGTR/DILIC, aprovou em 10/02/2022, a Cisão do Plano de Benefícios Portus 1 – PBP1, com implantação do Plano PBP-SPA (espelho), para a parcela cindida referente à patrocinadora Autoridade Portuária de Santos S.A. (APS).

Segue abaixo os relatórios da consultoria atuarial, com a base de dados e premissas utilizadas:

<b>Premissas adotadas</b>	<b>30/06/2024</b>	<b>31/12/2023</b>
Taxa de desconto (nominal)	10,216%	9,047%
Retorno esperado dos ativos do plano	10,216%	9,047%
Taxa nominal de crescimento salarial futuro	3,50%	3,50%
Reajuste nominal do benefício	-3,50%	-3,50%

  

<b>Base de Dados</b>	<b>30/06/2024</b>	<b>31/12/2023</b>
Data efetiva	30/11/2023	30/11/2023
Participantes ativos (passivo principal)	134	134
Participantes Assistidos / Beneficiários em gozo de benefício	3.875	3.875
Aposentados	2.222	2.222
Pensionistas	1.653	1.653
Número total de participantes	4.009	4.009
Duração da obrigação (para determinar taxa de desconto)	7,36	7,41

  

<b>Conciliação da obrigação benefício definido</b>	<b>ATIVOS</b>	<b>INATIVOS</b>
<b>Obrigação de Benefício Definido no início do ano</b>	<b>107.489</b>	<b>829.791</b>
Custo do serviço corrente (parte patronal)	6	-
Custo dos juros	4.768	36.066
Contribuições de participantes do plano	81	-
Benefícios pagos	-	(61.638)
(Ganho)/perda atuarial	(11.847)	(37.409)
- (Ganho)/perda atuarial - mudança de premissas	(9.055)	(55.840)
- (Ganho)/perda atuarial - ajuste de experiência	(2.792)	6.181
Contribuições Extraordinárias Assistidos	-	12.250
<b>Obrigação de Benefício Definido no final do período</b>	<b>100.497</b>	<b>766.810</b>

<b>Passivo Líquido</b>	<b>30/06/2024</b>	<b>31/12/2023</b>
Passivo líquido no início do período	<b>727.820</b>	<b>697.882</b>
Custo no período	31.117	64.945
(Ganhos) e Perdas atuariais no período	(70.996)	48.782
Contribuições do empregador para o plano	(42.391)	(83.789)
<b>Passivo Líquido no final do período</b>	<b>645.550</b>	<b>727.820</b>
Passivo líquido adicional reconhecido	151.639	230.125
Plano de Pensão - TCF 2020 - Nota 15.2.2	493.911	497.695

<b>Valor Justo dos Ativos do Plano</b>	<b>30/06/2024</b>		<b>31/12/2023</b>	
<b>Principais Categorias de Ativos</b>				
Disponível	273	0,032%	-	0,000%
<b>Realizável (Prev e Adm)</b>	<b>562.661</b>	<b>66,211%</b>	<b>561.340</b>	<b>66,182%</b>
- Contribuições Contratadas	495.552	58,314%	497.697	58,678%
- Outros ativos a receber	67.109	7,897%	63.643	7,503%
Títulos Públicos	141.898	16,698%	50.038	5,899%
Ações	43.384	5,105%	46.913	5,531%
<b>Fundos de Investimentos</b>	<b>36.844</b>	<b>4,336%</b>	<b>76.608</b>	<b>9,032%</b>
- Renda Fixa	36.680	4,316%	76.486	9,018%
- Imobiliário	164	0,019%	122	0,014%
Investimentos Imobiliários	63.168	7,433%	57.025	6,723%
Precatórios – FND	-	0,000%	54.676	6,446%
Outros – Depósitos Judiciários	1.576	0,185%	1.576	0,186%
<b>Total Ativo</b>	<b>849.804</b>	<b>100,00%</b>	<b>848.176</b>	<b>100,00%</b>
(+) Ajuste Valor de Mercado	(2.878)		(83)	
(-) Contribuições Contratadas	(495.552)		(497.697)	
(-) Exigível Operacional	(8.900)		(16.301)	
(-) Exigível Contingencial	(23.739)		(23.628)	
(-) Fundo Previdencial	(54.964)		(63.034)	
(-) Fundo administrativo	(42.563)		(38.169)	
<b>Valor Justo dos Ativos Inicial</b>	<b>221.208</b>		<b>209.265</b>	
Rentabilidade projetada para o período	1.688		1.571	
Saldo Previdencial do período	(1.140)		(1.375)	
<b>Valor Justo dos Ativos final</b>	<b>221.756</b>		<b>209.461</b>	

<b>Outras Premissas Atuariais</b>	<b>30/06/2024</b>	<b>31/12/2023</b>
Rotatividade projetada dos empregados	N/D	N/D
Tábua de Mortalidade Geral	AT-2000 B (Male)	AT-2000 B (Male)
Tábua Entrada em Invalidez	Hunter	Hunter
Tábua de Mortalidade de Inválidos	Winklevoss	Winklevoss
Composição familiar (Ativos não elegíveis)	Família Padrão Portus	Família Padrão Portus

Análises de Sensibilidade	Tábua Biométrica		Taxa de Juros	
	agravada em 10%	desagravada em 10%	+ 0,25%	-0,25%
<b>Montante do:</b>				
Valor presente da obrigação atuarial do plano	850.873	885.001	853.492	881.555
Valor justo dos ativos do plano	221.756	221.756	221.756	221.756
<b>(Passivo) / Ativo líquido inicial</b>	<b>(629.117)</b>	<b>(663.245)</b>	<b>(631.736)</b>	<b>(659.799)</b>
Passivo do Patrocinador - Redução de direitos (TCF)	493.911	493.911	493.911	493.911
Passivo do Patrocinador- contrib. futuras (Assistidos)	90.446	94.074	90.724	93.707
Passivo do Patrocinador - contribuição Extraordinária	193.838	201.613	194.435	200.827
<b>(Passivo) / Ativo líquido a ser compartilhado</b>	<b>149.078</b>	<b>126.353</b>	<b>147.334</b>	<b>128.646</b>
<b>(Passivo) / Ativo líquido reconhecido</b>	<b>(629.117)</b>	<b>(663.245)</b>	<b>(631.736)</b>	<b>(659.799)</b>
Contrato Reconhecimento de Débitos – (TCF)	493.911	493.911	493.911	493.911
<b>(Passivo) / Ativo líquido reconhecido</b>	<b>(135.206)</b>	<b>(169.334)</b>	<b>(137.825)</b>	<b>(165.888)</b>
<b>Variações:</b>				
Aumento/redução obrigação atuarial	-1,89%	2,04%	-1,59%	1,64%
Variação Passivo/Ativo Reconhecido	-2,55%	2,74%	-2,14%	2,21%

### 15.2.2. Plano de Pensão – Termo de Compromisso Financeiro

Para equacionar a grave insuficiência patrimonial do plano PBP1, foi ajustado entre os responsáveis do custeio do plano multipatrocinado pelas Companhias do sistema portuário e o Portus (Entidade Administradora) a adoção de estratégia previdencial desenvolvida para buscar a solvência do PBP1.

Desta forma a Companhia (Patrocinadora) firmou o compromisso de arcar com os valores sob sua responsabilidade em razão da imposição legal de equacionar o resultado deficitário do PBP1, nos termos do art. 21 da Lei Complementar nº 109/2001.

O Termo de Compromisso Financeiro, datado de 16/06/2020, tem previsão de pagamento de parcela inicial de 20% do saldo devedor e o saldo remanescente a ser pago em 180 parcelas mensais e sucessivas, com amortização calculada pelo sistema Price, taxa de juros mensal de 0,39% (equivalente à taxa anual de 4,81%), acrescido da variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC. Abaixo está demonstrado a movimentação do saldo do Termo de Compromisso Financeiro:

	30/06/2024	31/12/2023
<b>Saldo inicial TCF</b>	<b>497.695</b>	<b>510.936</b>
(-) Pagamentos	(28.589)	(55.594)
(+) Juros e atualização monetária	24.805	42.353
<b>Saldo devedor remanescente</b>	<b>493.911</b>	<b>497.695</b>
Circulante	45.244	43.594
Não circulante	448.667	454.101

**Prática contábil:** Registrado o valor conforme passivo pactuado e após mensurado ao custo amortizado.

### 15.3. Plano de Saúde e Complementação de Aposentadorias

<b>Benefícios pós emprego</b>	<b>30/06/2024</b>	<b>31/12/2023</b>
Plano de Assistência à Saúde <sup>(1)</sup>	12.107	13.942
Complementação de aposentadoria <sup>(2)</sup>	38.564	47.683
<b>Total</b>	<b>50.671</b>	<b>61.625</b>

#### <sup>(1)</sup> Plano de Assistência à Saúde

A Companhia disponibiliza plano de saúde a seus empregados, ex-empregados e respectivos dependentes. O plano é administrado pela Santa Casa de Santos e operado na modalidade de preço preestabelecido, com custeio por grupo familiar, sendo que o empregado arca com 50% do valor dessa mensalidade. Quando do desligamento do empregado, a Companhia deve garantir o direito de manter a sua condição de beneficiário, nos termos dos artigos 30 e 31 da Lei nº 9.656/98 e da Resolução Normativa nº 279/2011 da ANS.

Apesar do ex-empregado, custear integralmente a sua contribuição, não recebendo qualquer subsídio da empresa, caso a receita total desse grupo não seja suficiente para arcar com suas despesas (assistenciais e não assistenciais), fica caracterizada a existência do subsídio cruzado oriundo da Companhia, para custear uma parte da despesa.

Os cálculos do compromisso da Companhia com a assistência médica foram efetuados com base no valor do subsídio cruzado concedido pela empresa ao ex-empregado, determinado com base no valor per capita da mensalidade por grupo familiar e na distribuição etária.

<b>Item</b>	<b>30/06/2024</b>	<b>31/12/2023</b>
Duration dos benefícios (anos)	8,61	8,61
NTN-B (vencimento)	2035	2035
Taxa indicativa da NTN-B	6,5107%	5,3428%
Taxa real anual de juros (desconto a valor presente)	6,5107%	5,3428%
Inflação anual futura estimada	3,5000%	3,5000%
Taxa nominal anual de juros	10,2386%	9,0298%
Taxa nominal anual esperada de retorno de investimentos	10,2386%	9,0298%
HCCTR (Health Care Cost Trend Rate)	3,2800%	3,2800%
Aging Factor	3,0800%	3,0800%
Rotatividade anual	2,5500%	2,5500%
Taxa de Permanência no Desligamento	30,3400%	30,3400%
Taxa de Permanência na Aposentadoria	65,3500%	65,3500%
Tábua de mortalidade Geral	AT2000 (Basic Masc)	AT2000 (Basic Masc)
Mortalidade de inválidos	Winklevoss	Winklevoss
Composição Familiar	Família Real	Família Real
Idade prevista na aposentadoria	62/65 anos	62/65 anos

**Segregação do Valor Presente da Obrigação**

<b>Detalhe</b>	<b>30/06/2024</b>	<b>31/12/2023</b>
Benefícios a Conceder	1.620	2.040
Benefícios Concedidos	10.487	11.902
<b>Total</b>	<b>12.107</b>	<b>13.942</b>

**(2) Complementação de Aposentadoria**

Ao se aposentar, os empregados admitidos até 04/06/1965 passaram a receber da Companhia benefício de complementação de aposentadoria, definido como a diferença entre **(a)** o valor do salário base acrescido do adicional por tempo de serviço na época de seu desligamento, reajustado conforme a variação salarial ocorrida nos salários dos empregados ativos e **(b)** o benefício de aposentadoria pago pela Previdência Oficial. Atualmente 154 ex-empregados usufruem o benefício não extensivo aos dependentes. Não há funcionários na ativa que preencham os requisitos de direito ao benefício.

<b>Conciliação da obrigação do benefício definido</b>	<b>30/06/2024</b>	<b>31/12/2023</b>
<b>1. Obrigação do benefício definido no início do exercício</b>	<b>47.683</b>	<b>48.178</b>
2. Custo do serviço corrente	-	-
3. Custo dos juros	1.850	4.139
4. Benefícios pagos	(3.496)	(8.470)
5. (Ganho) perda atuarial - Resultados Abrangentes	1.026	3.836
5.1 (Ganho) perda atuarial - mudança de premissas	(2.078)	1.824
5.2 (Ganho) perda atuarial - ajuste de experiência	3.104	2.012
6. Custo do serviço na alteração ou redução do plano	(8.500)	-
<b>7. Obrigação de benefício definido no final do exercício</b>	<b>38.563</b>	<b>47.683</b>

**Acordo individual para cessação do benefício de Complementação de Aposentadoria**

Em 24/03/2022 foi entabulado Acordo Coletivo de Trabalho estipulando condições de adesão ao acordo individual de cessação definitiva do benefício de complementação de aposentadoria, mediante o pagamento de valor compensatório aos ex-funcionários aposentados, admitidos até 04/06/1965, pela Companhia Docas de Santos – CDS (atual APS).

O acordo foi homologado perante o Centro Judiciário de Solução de Conflitos – CEJUSC do TRT2, e a importância de cada um dos 59 ex-funcionários que aderiram foram pagas em 26/02/2024.

**16. FORNECEDORES E PRESTADORES DE SERVIÇOS**

<b>Detalhamento</b>	<b>30/06/2024</b>	<b>31/12/2023</b>
Fornecedores Nacionais	21.643	28.838
Fornecedores – Provisão	769	846
<b>Total</b>	<b>22.412</b>	<b>29.684</b>

**Prática contábil:**

Contas a pagar aos fornecedores e prestadores de serviços são obrigações por bens ou serviços adquiridos no curso das atividades operacionais e estão reconhecidas inicialmente ao valor justo, que corresponde ao valor da fatura e subsequentemente mensurado ao custo amortizado.

**17. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES**

<b>Natureza</b>	<b>30/06/2024</b>	<b>31/12/2023</b>
Imposto de Renda e Contribuição Social	37.075	-
Contribuição financiamento seg. social – COFINS	11.326	10.083
Imposto de renda retido na fonte – IRRF	4.879	7.232
Programa de integração social – PIS	2.411	2.135
Imposto sobre serviços – ISS	1.804	2.001
Retenção de tributos federais- Lei 10.833/03	1.557	1.143
Imposto sobre circulação de mercadorias- ICMS	298	259
Retenção para seguridade social – INSS	584	690
<b>Total</b>	<b>59.934</b>	<b>23.543</b>

**18. OBRAS EFETUADAS POR ARRENDATÁRIO**

A Companhia mantém contratos de arrendamentos, oriundos de processos licitatórios, de áreas e/ou instalações localizadas dentro do Porto Organizado, com disponibilização de infraestrutura mínima de acordo com a localização, definidas por configurações denominadas “sítio padrão”, conforme descrito a seguir:

- Sítio de Cais: plana, terraplenada (independente da resistência do solo), desimpedida, com profundidade adequada na região contígua ao estuário, com berço disponível em termos de obras civis (na sua forma mais econômica, porém operacional);
- Sítio de Retro área: plana, terraplenada, desimpedida, com acesso rodoviário pavimentado.

Nos contratos abaixo, cujas áreas demandavam investimentos para que fossem atingidas as condições mínimas exigidas nas regras descritas no “Sítio Padrão”, tais como aterros, recuperação do solo e construção de berços, os valores das obras realizadas pelo arrendatário são ressarcidos pela Companhia, de acordo com o disposto nos respectivos contratos de arrendamento, no período do prazo contratual remanescente a contar da data do aceite das obras, em parcelas mensais reajustadas. A composição do saldo está demonstrada abaixo:

<b>Arrendatário</b>	<b>31/12/2023</b>	<b>Correção</b>	<b>Pagamentos</b>	<b>30/06/2024</b>
<b>Brasil Terminal Portuário</b>				
Contrato 24/2001	73.966	1.687	(12.122)	63.531
Correção: IPCA/mensal				
<b>Total</b>	<b>73.966</b>	<b>1.687</b>	<b>(12.122)</b>	<b>63.531</b>
Circulante	23.989			24.593
Não Circulante	49.977			38.938

**Prática contábil:** Registro contábil da obra com a contrapartida em Ativo Imobilizado pelo valor comprovado pelo arrendatário, limitado ao valor previsto contratualmente, e mensurado ao custo amortizado.

## 19. PROVISÕES TRABALHISTAS, CÍVEIS E TRIBUTÁRIAS

A Companhia é parte em ações judiciais de natureza tributária, cível e trabalhista decorrentes do curso normal das operações. A Administração, baseada na opinião do Departamento Jurídico, acredita que a provisão para estas ações judiciais é suficiente para cobrir perdas prováveis e razoavelmente estimáveis decorrentes de decisões desfavoráveis, bem como, que as decisões definitivas não terão efeitos significativos na posição econômico-financeira da Companhia.

### 19.1 Processos judiciais provisionados:

#### a) Provisão trabalhista

Nos processos trabalhistas, destacam-se: a) ações individuais de revisão da metodologia de cálculo da complementação de aposentadoria; b) diferenças de cálculo de horas extras e seus reflexos nos repousos semanais remunerados; e c) adicional noturno.

#### b) Provisão cível

Refere-se basicamente a pleitos de atualização monetária e juros envolvendo contratos de prestação de serviços. O quadro abaixo, demonstra a movimentação no período:

Movimentação das Provisões	Trabalhistas	Cíveis	Total
<b>Saldo em 31/12/2022</b>	<b>220.506</b>	<b>295.485</b>	<b>515.991</b>
(+) Adições	98.947	168.709	267.656
(-) Reversões e baixas	(130.490)	(261.381)	(391.871)
<b>Saldo em 31/12/2023</b>	<b>188.963</b>	<b>202.813</b>	<b>391.776</b>
(+) Adições	64.471	25.309	89.780
(-) Reversões e baixas	(49.896)	(10.372)	(60.268)
<b>Saldo em 30/06/2024</b>	<b>203.538</b>	<b>217.750</b>	<b>421.288</b>
Circulante	90.899	124.496	215.395
Não Circulante	112.639	93.254	205.893

### 19.2 Processos judiciais não provisionados.

Considerando a opinião do Departamento Jurídico, o montante abaixo estimado para processos judiciais possui expectativa de perda avaliada como possível e, devido a esta classificação, não são efetuadas provisões de acordo com as normas contábeis.

Natureza	30/06/2024	31/12/2023
Processos Trabalhistas	132.155	128.859
Processos Cíveis <sup>(1)</sup>	907.217	856.131
<b>Total</b>	<b>1.039.372</b>	<b>984.990</b>

**(1) Processos judiciais não provisionados – cíveis**

Com relação aos processos cíveis classificados pelo Departamento Jurídico como perda possível no montante de R\$ 907.217 (R\$ 856.131 em 31/12/2023), destacamos os mais relevantes, que representam 85,16% do total (84,28 % em 31/12/2023):

Reclamante	Foro	30/06/2024	31/12/2023
Consórcio Draga Brasil <sup>(1)</sup>	Seção Judiciária- DF	376.198	351.323
Ministério Público Federal <sup>(2)</sup>	Santos	198.107	185.008
Instituto de Seguridade Social - PORTUS	Rio de Janeiro	198.287	185.175
<b>Subtotal</b>		<b>772.592</b>	<b>721.506</b>
Outros Processos		134.625	134.625
<b>Total</b>		<b>907.217</b>	<b>856.131</b>

<sup>(1)</sup> **Consórcio Draga Brasil** – Processo movido pelo consórcio contra a União e a Companhia, pleiteando o reconhecimento do direito ao reequilíbrio econômico-financeiro referente ao contrato administrativo Nº 18/2009, com objeto de realização de dragagem de manutenção e aprofundamento, firmado com a União Federal por meio da Secretaria Especial de Portos da Presidência da República – SEP. A empresa neste contrato figura apenas como interveniente-anuente.

<sup>(2)</sup> **Ministério Público Federal** - Ação civil pública proposta contra a Companhia e demais réus, em razão de supostos danos ao meio ambiente e população, decorrentes da exposição ao Sulfeto de Hidrogênio, proveniente da atividade de descarregamento de enxofre no Terminal Marítimo do Guarujá - TERMAG, em 01/06/2007. A Companhia entrou com embargos de declaração contra o Acórdão do TRF3, os quais ainda não foram julgados.

**Prática contábil:**

Uma provisão é reconhecida quando existe uma obrigação presente originada de evento passado, cujo desembolso de recursos para liquidar a obrigação é considerado provável e é possível estimar com confiabilidade o valor da obrigação. A contrapartida da provisão é uma despesa do exercício. Essa obrigação é atualizada de acordo com a evolução do processo judicial ou encargos financeiros incorridos e será revertida caso a estimativa de perda não seja mais considerada provável devido a mudanças nas circunstâncias, ou quando a obrigação for liquidada.

Os ativos contingentes são divulgados quando os benefícios econômicos vinculados são prováveis e somente são reconhecidos nas demonstrações financeiras no período em que a sua realização é considerada certa.

Para fins de apresentação das informações contábeis intermediárias, a provisão não é demonstrada líquida dos depósitos judiciais.

**20. TERMOS DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA –TAC**

	<b>30/06/2024</b>	<b>31/12/2023</b>
TAC – Ponta da Praia <sup>(1)</sup>	25.324	24.733
TAC – Valongo-Paquetá <sup>(2)</sup>	45.739	50.356
<b>Total</b>	<b>71.063</b>	<b>75.089</b>
Circulante	14.257	-
Não Circulante	56.806	75.089

<sup>(1)</sup>**TAC - Proteção e Prevenção dos efeitos da erosão costeira na Ponta da Praia** - Foi proposta pelo Ministério Público Federal a ação civil pública nº 0004665-36.2015.6104 contra a Companhia, União Federal e o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA, com vistas a “evitar que persista e aumente a acelerada erosão constatada na Ponta da Praia de Santos após o início, em fevereiro de 2010, da operação de dragagem de aprofundamento e alargamento do canal do Porto de Santos”.

Conforme entendimento defendido pelo Ministério Público Federal a referida dragagem alterou a morfologia de fundo do canal do Porto, tornando-o mais profundo e muito mais largo, o que resultou na modificação da hidrodinâmica local, gerando a entrada pelo canal de navegação de correntes e ondas maiores e mais velozes, que impactam a faixa de areia da Ponta da Praia e causa sua rápida erosão.

A Companhia assumiu compromisso, através de Termo de Ajustamento de Conduta, de adotar medidas para viabilizar a expansão do Projeto-Piloto conduzido pela Prefeitura Municipal de Santos e Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP para a redução da energia das ondas e recuperação, mitigação, proteção e prevenção dos efeitos da erosão costeira na Ponta da Praia de Santos. Os valores são corrigidos mensalmente pelo INCC.

<sup>(2)</sup> **TAC – Recuperação e preservação da área Valongo-Paquetá** - Conforme Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta, com força de título executivo extrajudicial, firmado entre as partes: Ministério Público do Estado de São Paulo, Município de Santos, Conselho de Defesa do Patrimônio Cultural de Santos e Autoridade Portuária de Santos, a Companhia tem as seguintes obrigações:

- Adotar medidas emergenciais para manutenção da integridade dos bens de interesse cultural e desaceleração do processo de arruinamento por exposição a intempéries, referente a estabilização estrutural dos Armazéns 1, 2, 3 e 4;
- Providenciar as várias intervenções previstas na área entre o Armazém 1 e 12A;
- Adotar as medidas compensatórias: a) destinação do Armazém 4 para uso cultural, gastronômico, turístico e atividades afins, sob gestão da Prefeitura Municipal de Santos; b) construção e destinação à Prefeitura de Santos, para sua futura gestão, de praça pública entre as Casas de Pedra I e II; c) destinação da Casa de Pedra II e do Armazém 7 para uso tecnológico, educacional, pesquisa e atividades afins, sob gestão da Companhia.

## 21. OUTRAS OBRIGAÇÕES

	30/06/2024	31/12/2023
Adiantamentos de Tarifa Portuária <sup>(1)</sup>	15.158	16.600
Cauções de garantias <sup>(2)</sup>	10.285	10.919
Reequilíbrio Financeiro Contratual <sup>(3)</sup>	14.634	14.634
Diversos	1.583	1.351
<b>Total</b>	<b>41.660</b>	<b>43.504</b>

<sup>(1)</sup> O adiantamento de tarifas portuárias são depósitos de garantia efetuados pelos usuários do porto.

<sup>(2)</sup> Para garantia das obrigações dispostas em contrato, é exigido caução de garantia. O item corresponde a valores depositados em moeda corrente.

<sup>(3)</sup> Refere-se ao Contrato DP/51.2014, cujo objeto foi a execução das obras de recuperação e reforço estrutural para aprofundamento dos berços entre os armazéns 12A e 23.

## 22. RECEITA DIFERIDA

No período findo em 30/06/2024 foi reconhecido à receita a importância de R\$ 31.461 (R\$ 31.461 em 30/06/2023), conforme demonstrado a seguir:

Arrendatária	Total de meses	Meses restantes	Saldo em 31/12/2023	Apropriações	Saldo em 30/06/2024
Petróleo Brasileiro S/A	300	275	522.894	(11.166)	511.728
Brasil Terminal Portuário <sup>(1)</sup>	240	240	355.212	-	355.212
Bracell SP Celulose	300	260	226.100	(5.100)	221.000
Eldorado Brasil S/A	300	259	220.833	(5.000)	215.833
Cargill Agrícola S/A	300	126	120.749	(5.489)	115.260
Term. Veículos de Santos	300	126	96.265	(4.376)	91.889
Cofco International	300	278	9.467	(200)	9.267
Bradesco S/A	60	22	607	(130)	477
<b>Total</b>			<b>1.552.127</b>	<b>(31.461)</b>	<b>1.520.666</b>
Circulante			62.918		62.918
Não circulante			1.489.209		1.457.748

<sup>(1)</sup> Em 15/12/2023 foi celebrado entre a Companhia e a Brasil Terminal Portuário o oitavo termo aditivo ao contrato DP/24.2001, que trata da prorrogação antecipada do contrato de arrendamento por 20 (vinte) anos contados de 22/01/2027 a 21/01/2047.

### Prática contábil:

Os contratos de arrendamentos assinados com a Companhia envolvem montantes de outorgas ofertadas no leilão e são apropriados ao resultado, em base linear, durante o período compreendido entre a data de assunção da área pela arrendatária e a data de vencimento do contrato de arrendamento.

### 23. ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS

A Companhia classifica os instrumentos financeiros de acordo com a finalidade para qual foram adquiridos, e determina a classificação no reconhecimento inicial. Os instrumentos financeiros e respectiva classificação estão abaixo:

Ativos financeiros	Notas	Custo amortizado	
		30/06/2024	31/12/2023
<b>Circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	5	2.952.107	2.250.895
Contas a receber	6	78.843	81.457
Direitos contratuais de arrendamento - Outorgas	7	197.608	546.462
<b>Total circulante</b>		<b>3.228.558</b>	<b>2.878.814</b>
<b>Não circulante</b>			
Direitos contratuais de arrendamento - Outorgas	7	394.480	573.239
Depósitos judiciais	10	138.325	130.664
<b>Total não circulante</b>		<b>532.805</b>	<b>703.903</b>
<b>Total dos ativos financeiros</b>		<b>3.761.363</b>	<b>3.582.717</b>

<b>Passivos financeiros</b>			
<b>Circulante</b>			
Fornecedores	16	22.412	29.684
Passivo com fundo de pensão – TCF	15.2.2	45.244	43.594
Passivo contratual de arrendamento	18	24.593	23.989
<b>Total circulante</b>		<b>92.249</b>	<b>97.267</b>
<b>Não circulante</b>			
Passivo com fundo de pensão – TCF	15.2.2	448.667	454.101
Passivo contratual de arrendamento	18	38.938	49.977
<b>Total não circulante</b>		<b>487.605</b>	<b>504.078</b>
<b>Total dos passivos financeiros</b>		<b>579.854</b>	<b>601.345</b>

### 24. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

#### 24.1. Capital social

O Capital Social de R\$ 1.207.276 (R\$ 1.207.276 em 31/12/2023) está representado por 847.668.310.702 ações ordinárias, sem valor nominal e de classe única. A Companhia é uma

empresa pública e tem como acionistas a União Federal com 847.668.309.352 ações (99,99999984%) e o Município de Santos, com 1.350 ações (0,00000016%).

#### 24.2. Reserva Legal

O saldo da Reserva Legal é de R\$ 76.097 e foi constituída à base de 5% do lucro líquido do exercício, e limitada a 20% do capital social, em conformidade com o artigo 193 da Lei das Sociedades por Ações.

#### 24.3. Reserva de retenção de lucros

A empresa a partir do ano calendário de 2022 limitou a distribuição de dividendos ao mínimo previsto no Estatuto Social e o excedente foi destinado à reserva de retenção de lucros para a realização de investimentos. O orçamento de capital para o período de 2024 a 2030 no montante de R\$ 7,0 bilhões, contempla o valor de R\$ 5,9 bilhões para a construção da obra do túnel imerso para ligação seca Santos-Guarujá. O saldo da reserva em 30/06/2024 totaliza R\$ 853.541 (R\$ 853.541 em 31/12/2023).

#### 24.4. Outros resultados abrangentes

Representam os ganhos e perdas atuariais relativos às mudanças no valor presente da obrigação de benefícios pós emprego resultantes de ajustes de experiência e os efeitos de novas premissas atuariais com revisão trimestral efetuada por empresa de consultoria atuarial. A composição do saldo, segue abaixo:

<b>Demonstração do saldo por natureza dos benefícios</b>	<b>30/06/2024</b>	<b>31/12/ 2023</b>
<b>Saldo inicial</b>	<b>108.810</b>	<b>161.688</b>
Ganho (perda) atuarial - plano de pensão benefício definido	70.996	(48.783)
Ganho (perda) atuarial - plano de saúde	2.088	(290)
Ganho (perda) atuarial - complementação de aposentadorias	(1.026)	(3.805)
<b>Saldo final</b>	<b>180.868</b>	<b>108.810</b>

#### 25. RESULTADO POR AÇÃO

O resultado básico por ação é calculado dividindo-se o lucro do período atribuído aos acionistas da Companhia pela média ponderada da quantidade de ações.

	<b>30/06/2024</b>	<b>30/06/2023</b>
Lucro líquido atribuído aos acionistas	343.231	393.404
Número de ações (em milhares) - média ponderada	847.668.310	763.608.754
<b>Lucro líquido por lote de mil ações (em reais)</b>	<b>0,40</b>	<b>0,52</b>

**26. RECEITA LÍQUIDA**

	Período de três meses findo em 30 de junho		Período de seis meses findo em 30 de junho	
	2024	2023	2024	2023
<b>Receitas tarifárias</b>				
- Utilização da infraestrutura portuária	142.132	146.299	277.451	277.401
- Utilização da infraestrutura terrestre	57.438	54.527	109.651	105.712
- Acostagem	22.060	22.561	49.254	43.668
- Fornecimento de energia	5.247	9.674	10.405	17.570
- Outras receitas	5.310	10.758	10.827	16.011
<b>Total Receitas Tarifárias</b>	<b>232.187</b>	<b>243.819</b>	<b>457.588</b>	<b>460.362</b>
Receitas de arrendamento (Nota 26.3)	231.650	215.913	463.295	413.298
<b>Receita Bruta</b>	<b>463.837</b>	<b>459.732</b>	<b>920.883</b>	<b>873.660</b>
- Imposto sobre serviços – ISS	(11.165)	(11.586)	(21.980)	(21.856)
- Imposto circulação de mercadorias -ICMS	(945)	(1.741)	(1.873)	(3.163)
- Programa de integração social – PIS	(7.638)	(7.557)	(15.164)	(14.363)
- Contribuição financ. seg. social– COFINS	(35.180)	(34.807)	(69.845)	(66.158)
<b>Receita Líquida</b>	<b>408.909</b>	<b>404.041</b>	<b>812.021</b>	<b>768.120</b>

**26.1 Classificação das receitas tarifárias:**

- Utilização da Infraestrutura de acesso aquaviário: Envolve as cobranças pela utilização do acesso aquaviário e remunera os serviços de dragagem, balizamento, batimetria, sinalização e de preservação do meio ambiente.
- Utilização da Infraestrutura terrestre: Remunera as operações na infraestrutura terrestre e as despesas equivalentes ao “condomínio” (áreas comuns do Porto para acesso aos terminais);
- Acostagem: Remunera a utilização da infraestrutura de cais, píeres e pontes de atracação, bem como as instalações, redes e sistemas, localizados na faixa de cais, para iluminação, água, esgoto, energia elétrica, telecomunicações, combate a incêndio, proteção ambiental, segurança do trabalho, sanitários e estacionamento, bem como vigilância dessas dependências portuárias;
- Serviços Gerais: A Companhia fornece água por meio de sistema próprio de captação/tratamento e de energia elétrica por meio da usina hidrelétrica situada no município de Bertioiga e de outros serviços complementares.

**26.2. Tributos sobre as receitas:**

As receitas tarifárias, de arrendamento de áreas e fornecimento de energia elétrica estão sujeitas à incidência do PIS – Programa de Integração Social e da COFINS – Contribuição para Financiamento da Seguridade Social, pelo regime de competência, calculadas pelas alíquotas de 1,65% e 7,60%, respectivamente. Esses tributos são apurados pelo regime da não cumulatividade e os créditos decorrentes da não cumulatividade são apresentados como conta redutora da respectiva despesa que ensejou o crédito.

Sobre as receitas tarifárias há incidência do ISS – Imposto sobre Serviços à alíquota de 5%, apurado e recolhido para os municípios onde são prestados os serviços (Santos e Guarujá).

As receitas auferidas com o fornecimento de energia elétrica estão sujeitas, além do PIS e COFINS, à incidência de ICMS – Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual, Intermunicipal e de Comunicação, calculado pela alíquota de 18%.

### 26.3 Receitas de Arrendamento

Os bens imóveis das áreas arrendadas pela Companhia estão sob a sua guarda, responsabilidade e gestão nos termos do decreto 85.309 de 30/10/1980 e são de propriedade da União. Todos os contratos bem como as demais informações, estão disponíveis no site <https://www.portodesantos.com.br/informacao/licitacoes-e-contratos/contratos/>.

Os principais contratos são:

ARRENDÁTARIO	Período de três meses findo em 30 de junho		Período de seis meses findo em 30 de junho	
	2024	2023	2024	2023
Petróleo Brasileiro S/A Petrobras	36.119	33.951	74.767	62.652
Santos Brasil Participações S/A	23.718	26.271	51.170	52.505
Brasil Terminal Portuário S/A	22.504	5.284	40.759	10.562
TEC - Terminal Export. Cofco Ltda	15.785	13.846	31.550	23.864
TES - Terminal Export. de Santos S/A	16.303	16.325	30.653	29.957
TEG - Terminal Exportador do Guarujá	13.626	16.158	25.118	26.680
Concais S/A	7.395	6.762	19.845	17.702
ADM do Brasil Ltda.	7.257	6.013	13.559	11.834
Hidrovias do Brasil Adm Portuária	5.672	5.230	13.244	12.569
AGEO Terminais e Armazéns Gerais S/A	6.068	5.870	11.802	10.973
Ecoporto Santos S/A	5.208	5.426	10.363	10.866
Companhia Auxiliar Armazéns Gerais	5.143	8.830	10.339	13.057
T Grão Cargo Terminal de Graneis S/A	5.884	5.774	9.452	9.466
Terminal de Graneis do Guarujá S/A	4.587	4.382	9.174	8.765
Elevações Portuárias S/A	2.746	6.532	8.367	12.367
Bunge Alimentos S/A	4.053	3.642	6.966	6.825
Vopak Brasil S/A (Alemoa)	2.841	2.314	5.928	4.305
Localfrio S/A Armazéns Gerais	2.817	2.707	5.568	5.348
Ultracargo Logística S.A.	2.668	2.661	4.961	4.814
Marimex Despachos, Transp. Serv. Ltda.	2.107	2.184	4.203	4.422
<b>Subtotal</b>	<b>192.501</b>	<b>180.162</b>	<b>387.788</b>	<b>339.533</b>
Demais contratos	23.484	20.086	44.177	42.435
Apropriação da receita diferida	15.665	15.665	31.330	31.330
<b>Receita de arrendamentos - Nota 26</b>	<b>231.650</b>	<b>215.913</b>	<b>463.295</b>	<b>413.298</b>

**Prática Contábil:**

As receitas são reconhecidas quando o controle do bem ou serviço é transferido ao cliente e neste momento, a companhia satisfaz à obrigação de performance.

São consideradas obrigações de performance as promessas de transferir ao cliente: (i) produto ou serviço (ou grupo de produtos ou serviços) que seja distinto; e (ii) uma série de produtos ou serviços distintos que possuam as mesmas características ou sejam substancialmente os mesmos e que tenham o mesmo padrão de transferência para o cliente.

A receita é mensurada pelo valor da contraprestação à qual a companhia espera ter direito em troca das transferências dos produtos ou serviços prometidos ao cliente, excluindo quantias cobradas em nome de terceiros. Os preços têm como base a tabela tarifária e dos preços declarados nos contratos dos arrendamentos com clientes.

**27. CUSTOS DOS PRODUTOS E DOS SERVIÇOS PRESTADOS**

Detalhamento	Período de três meses findo em 30 de junho		Período de seis meses findo em 30 de junho	
	2024	2023	2024	2023
Pessoal, encargos do trabalho e benefícios	33.435	29.772	64.795	58.280
Encargos sociais	9.987	9.314	19.459	18.153
Serviços de terceiros <sup>(1)</sup>	53.270	28.737	95.079	55.387
Depreciação e amortização	12.421	12.792	24.858	25.658
Aluguéis	2.130	2.189	4.430	4.617
Utilidades, serviços e materiais	2.058	1.860	3.711	3.459
<b>Total</b>	<b>113.301</b>	<b>84.664</b>	<b>212.332</b>	<b>165.554</b>

<sup>(1)</sup>O custo dos serviços de dragagem apropriados no segundo trimestre de 2024 e 2023 foram de R\$ 28.445 e R\$ 1.912 respectivamente.

**28. DESPESAS ADMINISTRATIVAS E GERAIS**

Detalhamento	Período de três meses findo em 30 de junho		Período de seis meses findo em 30 de junho	
	2024	2023	2024	2023
Pessoal, encargos do trabalho e benefícios	17.274	14.520	33.418	29.958
Encargos sociais	4.993	3.975	9.710	8.411
Serviços de Terceiros	2.717	2.398	4.911	4.179
Aluguéis	389	288	744	575
Utilidades e serviços e materiais	4.722	2.671	7.585	4.961
Impostos, taxas e contribuições	219	216	600	624
Demandas judiciais	46.965	31.867	67.677	57.264
Órgãos Colegiados	1.488	1.168	2.830	2.082
Outras	1.174	251	2.408	1.562
<b>Total</b>	<b>79.941</b>	<b>57.354</b>	<b>129.883</b>	<b>109.616</b>

## 29. OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

Detalhamento	Período de três meses findo em 30 de junho		Período de seis meses findo em 30 de junho	
	2024	2023	2024	2023
Doações <sup>(1)</sup>	-	-	-	70.919
Indenizações e Multas Contratuais	196	459	465	577
Cessão do direito operacional	65	65	130	130
Outras	16	-	16	1.731
<b>Total</b>	<b>277</b>	<b>524</b>	<b>611</b>	<b>73.357</b>

<sup>(1)</sup> Doações recebidas da PORTOFER, de obras de engenharia, conforme abaixo:

- a. Termo de Doação 001/2021 - Obras de Infraestrutura, construção de passarela; e
- b. Termo de Cooperação 001/2020 - Execução da obra de infraestrutura ferroviária consistente no Adensamento da região do Macuco.

## 30. OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

Detalhamento	Período de três meses findo em 30 de junho		Período de seis meses findo em 30 junho	
	2024	2023	2024	2023
Desapropriação – Parque da Montanha <sup>(1)</sup>	10.590	-	10.590	-
Perda (ganho) atuarial benefício pós emprego <sup>(2)</sup>	6.617	7.696	6.322	9.743
Termo de ajustamento de conduta <sup>(3)</sup>	1.183	806	1.717	17.052
PECLD/Perdas com créditos incobráveis	795	2.707	1.654	2.705
PIS/COFINS sobre demais receitas	26	49	56	6.627
Perda na Baixa de Ativos Imobilizados	4	153	4	153
Outras	180	18	492	13
<b>Total</b>	<b>19.395</b>	<b>11.429</b>	<b>20.835</b>	<b>36.293</b>

<sup>(1)</sup> Refere-se ao pagamento da primeira parcela correspondente ao Convênio nº 03/2021 celebrado entre a empresa e a Prefeitura de Guarujá, visando realocar as famílias residentes na área denominada “Complexo da Prainha”, situada dentre do Porto Organizado, para o empreendimento “Parque da Montanha”, que consiste na construção de 649 unidades habitacionais.

<sup>(2)</sup> Perda (ganho) atuarial com Plano de Pensão (Benefício Definido), Plano de Assistência à Saúde e Complementação de Aposentadoria, decorrente da contabilização da variação nos cálculos atuariais conforme notas explicativas nº 15.2.1 e 15.3, respectivamente.

<sup>(3)</sup> Vide Nota explicativa nº 21

### 31. RESULTADO FINANCEIRO

	Período de três meses findo em 30 de junho		Período de seis meses findo em 30 de junho	
	2024	2023	2024	2023
<b>Receitas Financeiras</b>				
Rendimentos de aplicações financeiras	56.829	65.439	123.851	128.778
Juros e variação monetária	8.145	11.847	23.244	31.803
Outras	2.528	2.047	4.661	4.010
<b>Receitas Financeiras Totais</b>	<b>67.502</b>	<b>79.333</b>	<b>151.756</b>	<b>164.591</b>
<b>Despesas Financeiras</b>				
Juros sobre TCF – Plano de pensão	(11.170)	(10.063)	(24.805)	(25.592)
Juros pagos ou incorridos	(1.151)	(5.995)	(5.148)	(16.060)
PIS e COFINS sobre receitas financeiras	(3.139)	(3.689)	(7.056)	(7.654)
Variação monetária	(490)	(1.106)	(1.688)	(2.244)
<b>Despesas Financeiras Totais</b>	<b>(15.950)</b>	<b>(20.853)</b>	<b>(38.697)</b>	<b>(51.550)</b>
<b>Resultado Financeiro Líquido</b>	<b>51.552</b>	<b>58.480</b>	<b>113.059</b>	<b>113.041</b>

**Prática contábil:** As políticas contábeis adotadas nos itens relevantes do resultado financeiro estão inseridas nas notas explicativas “5. Caixa e equivalentes de caixa”, “7. Direitos contratuais de arrendamentos - outorgas” e “15.2.2. Plano de pensão – termo de compromisso financeiro”.

### 32. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL CORRENTES E DIFERIDOS

Os tributos sobre o lucro são calculados com base na alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável para Imposto de Renda de Pessoa Jurídica (IRPJ) e 9% sobre o lucro tributável para Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), considerando-se, quando aplicável, a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro tributável do exercício.

O reconhecimento dos créditos fiscais diferidos ativos leva em consideração as incertezas nos tratamentos de tributos sobre o lucro no contexto de leis fiscais, bem como na projeção de lucro tributável para os exercícios subsequentes, sendo revisado anualmente.

#### 32.1. Base de cálculo do Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos

Detalhamento	30/06/2024			
	Base de Cálculo	IRPJ 25%	CSLL 9%	Ativo Diferido
Provisão Trabalhista	203.538	50.884	18.318	69.202
Provisão Cível	165.393	41.348	14.885	56.233
Perdas crédito de liquidação duvidosa	22.201	5.550	1.997	7.547
Provisão - Fornecedores	769	192	69	261
Provisão - Participação nos lucros	16.625	4.156	1.496	5.652
Impairment – Imobilizado	5.708	1.427	514	1.941
Termo de ajustamento de conduta	71.062	17.767	6.398	24.165
Provisão – Acordo Coletivo 2024	1.793	448	161	609
<b>Total Geral</b>		<b>121.772</b>	<b>43.838</b>	<b>165.610</b>

<b>31/12/2023</b>				
<b>Detalhamento</b>	<b>Base de Cálculo</b>	<b>IRPJ 25%</b>	<b>CSLL 9%</b>	<b>Ativo Diferido</b>
Provisão Trabalhista	188.964	47.241	17.007	64.248
Provisão Cível	153.892	38.473	13.850	52.323
Perdas crédito de liquidação duvidosa	20.547	5.137	1.849	6.986
Provisão Fornecedores	764	191	69	260
Impairment – Imobilizado	6.260	1.565	563	2.128
Termo de ajustamento de conduta	75.089	18.772	6.759	25.531
Prejuízo Fiscal IRPJ	51.266	12.817	-	12.817
Base Negativa CSLL	46.512	-	4.186	4.186
<b>Total Geral</b>		<b>124.196</b>	<b>44.283</b>	<b>168.479</b>

A Administração, com base em projeções de lucros tributáveis futuros, estima que os créditos tributários registrados sejam realizados, conforme abaixo:

<b>Ano</b>	<b>R\$ mil</b>
2.024	64.664
2.025	34.035
2.026	36.339
2.027	10.552
2.028	3.543
Demais anos	16.477
<b>Total</b>	<b>165.610</b>

### 32.2. Conciliação da taxa do Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro

<b>CONCILIAÇÃO DE TAXA</b>	<b>30/06/2024</b>	<b>30/06/2023</b>
Lucro antes do IRPJ e CSLL	545.726	625.226
Alíquota do IRPJ e CSLL (34%)	(185.547)	(212.577)
(Adições) e Exclusões Permanentes	<b>Base 2024</b>	
Incentivos fiscais	109	40
Lucro não tributado pelo adicional	120	12
Plano de pensão e benefícios pós-emprego	(31.127)	(12.013)
Encargos de depreciação - IPC/BTNF	(890)	(67)
Desapropriação – Convênio Prefeitura Guarujá	(10.589)	-
Outras (adições) e exclusões permanentes	(8.038)	(7.217)
<b>TOTAL</b>	<b>(202.495)</b>	<b>(231.822)</b>
Imposto de Renda e Contribuição Social correntes	(199.626)	(171.893)
Imposto de Renda Corrente	(146.407)	(126.355)
Contribuição Social Corrente	(53.219)	(45.538)
Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos	(2.869)	(59.929)
Imposto de Renda Diferido	(2.424)	(44.051)
Contribuição Social Diferido	(445)	(15.878)
<b>TOTAL</b>	<b>(202.495)</b>	<b>(231.822)</b>
<b>Taxa efetiva de tributos sobre o lucro</b>	<b>37,11%</b>	<b>37,08%</b>

**Prática contábil:**

A companhia apura seus tributos sobre o lucro tributável de acordo com a legislação e as alíquotas vigentes ao final do período que está sendo reportado. As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício são reconhecidas no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido, compreendendo os impostos correntes e diferidos.

**a) Imposto de renda e contribuição social correntes**

A Administração avalia periodicamente as posições assumidas nas declarações fiscais em relação às situações em que a legislação tributária aplicável está sujeita a interpretação e, quando apropriado, reconhece provisões com base nos valores que espera serem pagos às autoridades fiscais. Os passivos relacionados às posições tributárias incertas são reconhecidos somente quando for determinado pela Administração, baseada na opinião de seus assessores jurídicos internos e externos, em função de que a autoridade fiscal provavelmente não aceite o tratamento fiscal adotado pela Companhia.

**b) Imposto de renda e contribuição social diferidos**

O reconhecimento dos créditos fiscais diferidos ativos são calculados sobre os prejuízos fiscais do imposto de renda, as bases negativas da contribuição social e as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das informações contábeis intermediárias.

O imposto de renda e contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que seja provável que existirá base tributável positiva para qual as diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas e prejuízos fiscais possam ser compensados. Os créditos reconhecidos sobre os prejuízos fiscais do imposto de renda e bases negativas da contribuição social, e respectivas realizações, estão suportados por projeções de resultados tributáveis e são revisados a cada encerramento de exercício.

**33. REMUNERAÇÃO PAGA AOS ADMINISTRADORES E EMPREGADOS**

As remunerações mensais (base: junho/2024) pagas pela Companhia aos seus administradores e empregados, incluídas todas as vantagens e benefícios foram:

	<u>em reais</u>
<b><u>ADMINISTRADORES</u></b>	
- Maior remuneração	55.094,71
- Menor remuneração	41.282,19
- Remuneração média	46.314,07
<b><u>EMPREGADOS</u></b>	
- Maior remuneração	47.964,78
- Menor remuneração	2.486,93
- Remuneração média	18.122,95
- Valor médio global dos benefícios	2.206,54

Na composição dos benefícios oferecidos estão inclusos: seguro de vida, auxílios moradia (exclusivo para administradores), alimentação, transporte e creche, plano de saúde e previdência privada.

<b>Número de empregados</b>	
<b>Em 31/12/2023</b>	<b>809</b>
(+) Admissões	12
(-) Desligamentos	14
<b>Em 30/06/2024</b>	<b>807</b>

### 33.1. Membros chave da administração da Companhia

As remunerações totais dos membros do Conselho de Administração, Conselho Fiscal, Comitê de Auditoria e da Diretoria Executiva da Companhia tem por base as diretrizes estabelecidas pela Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais – SEST, do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos e são apresentadas a seguir:

<b>Exercício findo em 30/06/2024</b>	<b>Conselho Administração</b>	<b>Conselho Fiscal</b>	<b>Comitê Auditoria</b>	<b>Diretoria Executiva</b>	<b>Total</b>
Benefícios a empregados	184	79	47	1.652	<b>1.962</b>
Encargos sociais	37	15	9	563	<b>624</b>
Remuneração variável	-	-	-	289	<b>289</b>
Previdência complementar	-	-	3	58	<b>60</b>
<b>Remuneração total</b>	<b>221</b>	<b>94</b>	<b>58</b>	<b>2.562</b>	<b>2.935</b>
Remuneração média mensal	4,38	4,39	3,92	64,70	
Número médio de membros	7	3	3	5	

<b>Exercício findo em 30/06/2023</b>	<b>Conselho Administração</b>	<b>Conselho Fiscal</b>	<b>Comitê Auditoria</b>	<b>Diretoria Executiva</b>	<b>Total</b>
Benefícios a empregados	171	66	46	1.234	<b>1.517</b>
Encargos sociais	34	13	9	357	<b>413</b>
Remuneração variável	-	-	-	358	<b>358</b>
Previdência complementar	-	-	2	86	<b>88</b>
<b>Remuneração total</b>	<b>205</b>	<b>79</b>	<b>57</b>	<b>2.035</b>	<b>2.376</b>
Remuneração média mensal	4,07	3,67	3,83	53,07	
Número médio de membros	7	3	3	5	

### 34. EVENTOS SUBSEQUENTES

Em 05/07/2024 foi inaugurada a primeira fase das obras do Parque Valongo, área destinada a espaço público de lazer. A obra faz parte das medidas compensatórias previstas no Termo de Ajustamento de Conduta firmada com Ministério Público do Estado de São Paulo, Município de Santos, Conselho de Defesa do Patrimônio Cultural de Santos e Autoridade Portuária de Santos, conforme Nota Explicativa nº 20.

**ANDERSON POMINI:19390612888**  
Assinado de forma digital por ANDERSON POMINI:19390612888  
Dados: 2024.07.31 19:51:38 -03'00'

**ANDERSON POMINI**  
Diretor Presidente

**JULIO CEZAR ALVES DE OLIVEIRA:45030685715**  
Assinado de forma digital por JULIO CEZAR ALVES DE OLIVEIRA:45030685715  
Dados: 2024.07.31 15:44:04 -03'00'

**JULIO CEZAR ALVES DE OLIVEIRA**  
Diretor de Administração e Finanças

**ANDERSON POMINI:19390612888**  
Assinado de forma digital por ANDERSON POMINI:19390612888  
Dados: 2024.07.31 19:51:55 -03'00'

**GUSTAVO SALVADOR PEREIRA**  
Diretor de Desenvolvimento de Negócios e Regulação

**ORLANDO DE ALMEIDA RAZOES JUNIOR:26638516809**  
Assinado de forma digital por ORLANDO DE ALMEIDA RAZOES JUNIOR:26638516809  
Dados: 2024.07.31 18:49:29 -03'00'  
Versão do Adobe Acrobat Reader: 2024.002.20895

**ORLANDO DE ALMEIDA RAZÕES JUNIOR**  
Diretor de Infraestrutura

**EDILBERTO FERREIRA BETO MENDES:07211752874**  
Assinado de forma digital por EDILBERTO FERREIRA BETO MENDES:07211752874  
Dados: 2024.07.31 18:57:54 -03'00'

**EDILBERTO FERREIRA BETO MENDES**  
Diretor de Operações

**PAULO PINTO FILHO:14416448813**  
Assinado de forma digital por PAULO PINTO FILHO:14416448813  
Dados: 2024.07.31 14:30:31 -03'00'

**PAULO PINTO FILHO**  
Gerente de Contabilidade  
CRC 1SP 177.932/O-7